

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

PEDRO HIAGO VITORIA DIAS

SOB A ÉGIDE DE UM CONTEXTO:

**A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE DE REBELIÕES GREGAS PÓS-
FELIPE II NA DIMENSÃO TÁTICO-ESTRATÉGICA DO EXÉRCITO
ALEXANDRINO EM GRANICO, ISSO E GAUGAMELA**

Jaguarão, 2015

PEDRO HIAGO VITORIA DIAS

SOB A ÉGIDE DE UM CONTEXTO:

**A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE DE REBELIÕES GREGAS PÓS-
FELIPE II NA DIMENSÃO TÁTICO-ESTRATÉGICA DO
EXÉRCITO ALEXANDRINO EM GRANICO, ISSO E GAUGAMELA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de História da
Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Licenciatura em Ciências Humanas.

Orientador: Dr. Rafael da Costa Campos

Jaguarão, 2015

PEDRO HIAGO VITORIA DIAS

SOB A ÉGIDE DE UM CONTEXTO:

A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE DE REBELIÕES GREGAS PÓS-FELIPE II NA DIMENSÃO TÁTICO-ESTRATÉGICA DO EXÉRCITO ALEXANDRINO EM GRANICO, ISSO E GAUGAMELA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciatura em Ciências Humanas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: dia, mês e ano.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Rafael da Costa Campos

Orientador

UNIPAMPA

Prof. Dr. Jussemar Weiss Gonçalves

FURG

Prof. Dr. Edison Bisso Cruxen

UNIPAMPA

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso ao sempre superador prof. José Francisco, e também a Francisco Joaquim de Carvalho (o “Chico Livreiro” da UnB), homem que saindo da obscura pobreza piauiense se tornou um sacerdote da chama do conhecimento. Desejo desde já que este siga sempre assim: “frontoso e de boa sombra”, como a árvore da qual lhe vai o nome.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) têm como finalidade buscar identificar como a configuração tático-estratégica do exército macedônico de Alexandre Magno foi influenciada nas batalhas de Granico, Isso e Gaugamela, pela situação de revoltas político-militares anti-Macedônia ocorridas na Grécia pós-Felipe II. Tal busca será concretizada através de uma análise sobre os relatos de alguns autores da idade clássica que se centraram em determinados aspectos políticos e fatos militares do contexto alexandrino. Assim, serão especialmente focadas as situações de domínio e de revolta militar na Grécia Central e Peloponeso no período dos primeiros anos do reinado de Alexandre Magno (335-331 a. C.), demonstrando-se que a unidade helênica não foi consumada pelo governo felipino e nem mesmo teve existência ampla durante a campanha de Alexandre contra o Império dos Aquemênidas (antigo inimigo fidalgo de parte dos helenos), fazendo com que esta situação de desunião das pólis e demais potentados gregos fosse determinante para criar uma situação de desconfiança por parte da liderança macedônica, que desembocou na necessidade de manter reforços policiais pró-Alexandre na Hélade, o que em médio prazo produzirá uma inflexão sobre a composição numérica das forças militares e, conseqüentemente, sobre o desempenho das forças macedônias - e a atitude de seu rei - nas suas três maiores batalhas travadas no Oriente contra os persas.

Palavras-Chave: Alexandre Magno; Rebeliões Gregas; Estratégia Militar.

ABSTRACT

This monograph intends to survey the tactical-strategic configuration of the Macedonian army of Alexander the Great, and how it was influenced in its political and military aspects by the anti-Macedonian upheavals occurred in Greece after the reign of Phillip II, as evidenced in the battles of Granicus, Issus and Gaugamela. Our purpose will be achieved throughout an analysis of evidences led by authors of the Classical period which are focused on political issues and military facts of Alexandrian context. We will shed light over the dominance and military revolt in Central Greece and the Peloponnese in the early years of Alexander's reign (335-331 B. C.) to demonstrate that the 'Hellenic Unit' was not consummated during the philippic dynasty and neither was widespread during Alexander's campaign against the empire of Achaemenids (former sworn enemy of the Hellenes). Furthermore, the disunion of the poleis and other greek potentates was crucial to the creation of distrust on Macedonian leadership, which led to the needing of a pro-Alexander police reinforcements in Hellas, what in the medium-term will produce of an inflection on the numerical strength of the armed forces and on the performance of Macedonian forces, and on the attitude of their king - in its three major battles in the East against the Persians.

Keywords: Alexander the Great; Grecians Rebellions; Military Strategy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abreviação:

Nome:

Alex.

Vida de Alexandre

Anab.

Anábase de Alexandre Magno

Arr.

Lúcio Flávio Arriano

Curc.

Quinto Cúrcio Rufo

Diod.

Diodoro da Sicília

Just.

Marco Juniano Justino

Plut.

Plutarco

Pol.

Polieno

TCC.

Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. UMA DESCRIÇÃO DAS FONTES	14
2. GRÉCIA: O CONTEXTO POLÍTICO-MILITAR NA DÉCADA DE TRINTA DO SÉCULO IV A.C.....	22
2.1. Demóstenes e as rebeliões político-militares gregas de 336-335 a. C. contra o intervencionismo governamental macedônico.....	22
2.2. Tensões no Peloponeso: a revolta de Ágis III de Esparta (333-331 a. C.).....	36
3. O IMPACTO FINAL DAS REBELIÕES DO CONTEXTO POLITICO GREGO NA DIMENSÃO TÁTICO-ESTRATÉGICA DO EXÉRCITO ALEXANDRINO EM GRANICO, ISSO E GAUGAMELA.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	59

INTRODUÇÃO:

Durante séculos, uma diversidade de autores, desde Diodoro da Sicília, Cúrcio Rufo, Plutarco, Arriano, Justino e Polieno, até os escritores do período que vai da Renascença até a contemporaneidade, geralmente concentraram suas explicações no tangente à *motivação precedente* que originou o padrão tático-estratégico adotado pelos macedônicos (que será demonstrado no capítulo 3) nas batalhas de Granico, Isso e Gaugamela – ocorridas entre 334 a 331 a. C. contra o Império Persa –, ou exclusivamente na figura de Alexandre Magno (considerada extrasserial e providencial), ou em meras questões de ordem técnica advindas do universo pedestáltico macedônico (como Ferrill, 1997; Souza, Heckel, Llewellyn-Jones (Org.), 2004; Campbell, 2004; Lonsdale, 2007).

Para muitos destes escritores clássicos acima listados, ao longo da sua vida militar Alexandre teria se guiado ora pelo seu lado dionisíaco ora pelo apolíneo, sendo a personalidade dionísica a responsável pelas decisões mais polêmicas e intempestivas de sua vida: massacres, assassinatos de velhos companheiros, destruição de cidades, adoção de práticas despóticas, ambição sem limites para “chegar ao fim do mundo”. De positivo, este lado só tinha o de ser o átrio do seu *pothós*, ímpeto guerreiro que o fazia um guerreiro destemido e ambicioso em batalha, a ponto de nem a morte temer (STONEMAN, 1997: p. 05). Dessa forma, muito da postura tático-estratégica objetiva e impetuosa adotada por Alexandre frente aos persas, foi explicada até hoje mediante essa dicotomia: ora em cima do *pothós*, ora em cima de enfadonhas questões técnicas que só visavam justificar a superioridade bélica dos macedônios – vista como incontornável frente aos persas.

Tentando pensar para além deste horizonte explicativo personalista, objetivou-se neste trabalho entender se a existência desse padrão tático-estratégico não estaria ligado a algum fator contextual que, pela sua existência, fosse capaz de influenciar tal dimensão da engrenagem bélica alexandrina através de algum dos pilares vitais da militaridade macedônica: quais sejam o *pilar qualitativo* (tecnologia de armas, experiência/informações de guerra e treinamento) ou o *pilar quantitativo* (tangente a disponibilidade escalar de recursos instrumentais, logísticos, soldadescos).

Sob a óptica deste trabalho, para inflexionar sobre esta área tão nuclear da campanha alexandrina, esse fator contextual só poderia ter uma dimensão muito ampla – especialmente em termos de atividade bélica. Por tal, resolvemos fixar a nossa busca

por respostas dentro do ambiente grego de revoltas político-militares anti-Macedônia que Alexandre teve de enfrentar entre os anos de 336 a. C a 335 a. C.

Foi a partir deste ponto que tentamos verificar a possibilidade deste cenário grego ter concatenado a sua influência sobre a performance tático-estratégica macedônica, originalmente, pela inflexão no “ pilar quantitativo ” da militaría alexandrina, especificamente na dimensão da disponibilidade de tropas gregas aliadas a Alexandre Magno – aquelas que poderiam servir como um importante complemento soldadesco à campanha oriental deste, mas que, como veremos melhor no segundo capítulo, tiveram de ser deixadas como reforço na frente helênica para cuidar das cidades gregas com potencial de rebelião, causando então, uma limitação numérica. Será como desdobramento desta situação limitante, que acreditamos ter surgido (de maneira talvez não consciente à época) a disposição tática de forças que estará conformada à atender uma finalidade estratégica de combate que teve de ser mais objetiva e necessariamente veloz, a fim de conseguir contornar o complexo de inferioridade quantitativa macedônica e ainda fazer frente às demais desvantagens impostas pela natureza e objetivos dos inimigos enfrentados em Granico, Isso e Gaugamela.

Portanto, defendemos aqui que este instável contexto político-militar helênico no qual a sujeição total das pólis gregas pela Macedônia não foi consumada durante o governo felipino e nem mesmo durante a campanha de Alexandre no Oriente (tornando-se isto, um fato gerador de revoltas anti-Alexandre com cunho bélico explícito), influenciou – ainda que parcialmente – a dimensão tático-estratégica do exército macedônico em Granico, Isso e Gaugamela¹.

E falando em Granico, Isso e Gaugamela, é fundamental esclarecer que o recorte analítico focado nestas batalhas, é devido à importância central que elas tiveram no andamento da campanha alexandrina, pois foi graças às vitórias obtidas em tais embates que Alexandre pôde eliminar uma série de importantes generais e governadores persas (tais como Spithridates, sátrapa da Lídia; Mithrobazarnes, sátrapa da Capadócia; Mitrídates, genro de Dario; e Omares, comandante dos mercenários), cujas mortes fragilizaram o comando militar Aquemênida e levaram ao colapso da sua cúpula política (LONSDALE, 2007: p. 103), facilitando assim, a aquisição dos principais centros de

¹ A dimensão “bélico-persa” da análise foi momentaneamente excluída devido a complexidade de ligações que pendem para questões como a qualidade da ordenação e coesão internas do Império Aquemênida, o que além de não dar respostas muito estáveis, nos leva a um debate meio amplo e que se encontra estendido para além do horizonte analítico desta pesquisa. Cf. (Briant, 1997; Castro, 2004: p. 196-200)

gravidade do Império Persa (seus amplos territórios, suas reservas militares e financeiras, além das capitais administrativas) e a aceleração do término da conquista macedônica sobre este território.

Assim, este é um trabalho que sem ser exclusivamente de observação política ou especialmente de reflexão técnico-militar, busca criar um ponto de sondagem entre estes dois campos tendo como escopo a concepção clausewitziana² de que a guerra (com os seus elementos intrínsecos) é um instrumento serviçal da política de poder, e por tal não deve ser pensada à parte desse campo influente. E devido a tal percurso metodológico, nos voltaremos aqui muito mais analiticamente para um conjunto de aspectos da “moldura” contextual, do que para a “pintura” individual da vida alexandrina.

Nesse ínterim, não se pretende anular as qualidades militares intrínsecas a Alexandre – que se forem verdadeiras na maior parte do que relataram os autores clássicos, fariam dele um líder bélico destacável em qualquer era –, mas antes, buscaremos colocá-las em dialética com os estímulos contextuais que em alguns momentos lhes deram forma e orientação, criando-se assim um quadro de ação histórica mais dinâmico e rico em direcionamentos e personagens. Por conseguinte a esta óptica, se torna possível fugir de um estilo voluntarista ou essencialmente subjetivista de interpretação histórica, baseada na velha crença de que a História só se produz através da análise da ação e da *tyche* (fortuna) dos grandes indivíduos, aqueles considerados “titãs da História”. Apesar de não se poder negar que a matéria histórica tem sua dependência existencial calcada nas ações concretas dos homens – e por tal, não se realiza por detrás das costas destes –, os indivíduos, pelo seu lado, estão sempre cerceados por condições que são socialmente determinadas.

Com isso posto, entenda-se que, na perspectiva deste atual trabalho, a História nada mais é do que o palco onde fato e ação se conjugam.

Em se tratando da estrutura do presente trabalho, a organizamos em 3 capítulos, sendo que o primeiro terá a finalidade de trazer um pequeno conjunto de debates historiográficos (relativamente recentes) que ocorreram sobre as cinco principais fontes sobreviventes relativas a vida e contexto de Alexandre Magno, não obstante

² Embora a premissa desenvolvida por Claus von Clausewitz (1780-1831) seja uma norteadora desta pesquisa, será sobre a obra de seu discípulo, David Lonsdale, intitulada *Alexandre the Great: Lessons in Strategy* (2007), que este trabalho irá se calcar quando chegar ao setor da análise de natureza militar. Tal escolha se deveu ao fato de que a obra de Lonsdale, aqui usada, é objetivamente voltada para o contexto de interesse deste TCC, enquanto que Clausewitz dissertou mais focado nas guerras das primeiras décadas do século XIX, não obstante, isto não anula a validade da sua premissa, como veremos mais adiante.

informações concernentes aos escritores perdidos – que foram referencia para os autores sobreviventes – também sejam trazidas por alguns dos comentaristas. A importância deste capítulo não pode ser diminuída, porque embora o seu conteúdo não esteja no centro deste trabalho como o das outras duas seções, sua meta inicial é basilar, já que trata de informar o leitor sobre a composição e natureza do solo do percurso teórico que foi escolhido aqui.

Já o segundo capítulo, relaciona-se sobre o contexto político grego entre os anos de 336-331 a. C.³. Nele entrar-se-á em definitivo no alinhamento que nos levará ao objeto a ser problematizado. Sua estrutura está subdividida em 2 subseções: a análise da primeira está centrada em Demóstenes, seus movimentos políticos anti-Macedônia feitos durante os anos de 336-335 a. C., e a enumeração de alguns outros povos helenos que se rebelaram contra o jugo alexandrino por este tempo. Já a segunda subseção é relativa a revolta de Ágis III de Esparta, ocorrida entre 333-331 a. C. A maioria destas animosidades helênicas foram denunciadas em fontes como Diodoro, Cúrcio Rufo, Plutarco, Arriano e Justino; e alguns destes movimentos chegaram a serem feitos durante o auge da campanha oriental alexandrina (anos de 333 a. C. a 331 a. C), o que só veem a nós confirmar que as “águas” da política helena nunca estiveram unidas e acalmadas totalmente, mesmo durante um período tão crucial da sua história (no limiar da conquista da velha inimiga Pérsia), e não obstante todos os esforços e conquistas do tempo de Felipe II.

A leitura atenta deste capítulo será importante para se buscar (além do entendimento do objetivo central descrito acima) a desconstrução de uma visão quase que comum e ainda existente entre certos setores do público leitor desta temática (principalmente o não acadêmico), referente à ideia de que a Grécia que seguiu Alexandre Magno à Ásia estava passiva e integralmente coesa sob a égide deste, e assim teria permanecido durante e até o fim da sua campanha, pois não haveria mais “ânimo” entre os gregos para se libertarem, devido ao pavor inspirado pelo rei macedônio depois da destruição de Tebas. As futuras rebeliões anti-Macedônia pós-335, e as contínuas desconfianças para com a fidelidade grega e o seu pouco animo de solidariedade bélica ao longo da expedição, provarão a implausibilidade desta crença.

³ Vale frisar, que esse cenário político e seu recorte temporal, são elencados aqui, sobretudo, como um exemplo demonstrativo da tensão reacionária grega então imperante contra o domínio de Alexandre sobre a Grécia. Isso significa dizer, que nem toda rebelião surgida contra a Macedônia, anterior ou posteriormente ao reinado alexandrino, é derivativa da ação destes agentes específicos (no caso, Demóstenes e Ágis III).

No terceiro e último capítulo, se buscará demonstrar qual o resultado do impacto que tal situação de antecedentes – originários deste contexto político da Grécia – teve na formação de obstáculos (como redução numérica de tropas) e na adoção, por parte de Alexandre Magno, de um padrão tático-estratégico que seguidamente se manteve ao longo das suas 3 grandes batalhas feitas no decorrer da conquista oriental.

Sem sombras de dúvidas, o que tem animado o presente trabalho de conclusão de curso é a possibilidade de se sair do convencional quadro analítico-explicativo sobre a atitude militar que Alexandre adotou nos seus principais conflitos pérsicos (que não poucas vezes estava centrada na dita “superioridade” da sua figura), para aventar-se um panorama dissertativo sobre a influência que esses movimentos, seus e de seu exército, receberam de certos nuances do palco político-militar do seu tempo e das sociedades rebeladas que estavam na periferia da sua égide, levando-se também nesta conta, os obstáculos que lhe foram impostos já ao andamento inicial da sua campanha, advindos em maioria, desse ambiente político da Grécia pós-336 a. C.

1- UMA DESCRIÇÃO DAS FONTES⁴

Embora não seja o foco deste presente trabalho dissertar de forma exclusiva e com finalidade revisionista os principais autores clássicos que escreveram sobre Alexandre e sua época, acreditamos ser importante contextualizá-los, e as suas obras, bem como pôr a par o presente leitor, sobre um pouco do que de mais importante se debateu na historiografia contemporânea sobre a característica de abordagem de cada uma.

Em acordo com a cronologia, serão analisados na seguinte ordem os trabalhos de Diodoro da Sicília, Cúrcio Rufo, Plutarco, Arriano, e Justino, ou seja, escritores pertencentes ao mundo greco-romano e que, portanto, têm a suas obras estão embebidas na visão do vencedor ocidental. Infelizmente, pelas limitações do entorno no qual foi tecido este trabalho de pesquisa, não foi possível ter acesso às fontes produzidas por autores egípcios, babilônios ou persas que fossem contemporâneos a Alexandre ou aos seus escritores greco-romanos principais, não obstante a quantidade de tais materiais talvez seja muito limitada e quase nada possa a ter que nós interessasse para fins desta presente pesquisa.

Com relação aos autores escolhidos para a presente análise, eles se encontram divididos pela historiografia moderna em duas tradições: a “Vulgata”, composta por Diodoro, Cúrcio Rufo e Justino (de onde se obtém uma versão da história de Alexandre que é mais áspera e rica em detalhes), e a chamada “tradição oficial”, na qual se enquandram tanto os escritores desaparecidos como Ptolomeu, Nearco e Aristóbulo (que viveram no contexto de Alexandre), quanto Arriano (séc. II d. C.), que na composição da sua *Anábase de Alexandre Magno* se utilizou destes (BUCKLEY, 1996: p. 366). Esta linha, por ser composta originalmente por oficiais amigos de Alexandre, foi bem mais suave na descrição da figura do conquistador macedônio (ZAMBRINI, 2007: p. 216). Já Plutarco, devido à variedade de fontes que utiliza – Clitarco de Alexandria, Policlito, Onesícrito, Astígenes, Fílon de Tebas, Hecateus de Eretréia, Chares [camareiro de Alexandre], Ptolomeu, e outros mais (Plut. *Alex*, XLVI, 1) – é considerado de um perfil eclético (HECKEL, YARDLEY, 2004: p. XXIV).

Para Michael Grant (1995: p. 97), o trabalho de Diodoro da Sicília⁵ intitulado *Biblioteca da História* (uma espécie de “história do mundo antigo” dividida em dezenas

⁴ Todas as citações, diretas ou não, tanto dos autores clássicos como dos comentaristas modernos usados neste presente capítulo, bem como no resto deste trabalho, foram transcritas em livre tradução para o português.

de livros que vai da era mitológica até a época do autor, entre 60-30 a. C.), é em si “medíocre, superficial e sem originalidade”, uma vez que modestamente isentou-se de uma visão profunda e não teve medo de usar materiais de segunda mão; sem falar que ele pronunciou que era legítimo para os escritores exibir talento retórico, “desde que a história precisa ser adornada com variedade” (Diod. XX, 1, 2.). Paradoxalmente, ele escreveu fortemente contra a inclusão de intervenções freqüentes nos dados históricos, “mesmo que ele adicionasse umas indulgentes palavras sobre aqueles que gostavam de inventá-las” (GRANT, 1995: p. 97).

A discussão sobre o período alexandrino se deu no livro XVII da sua *Biblioteca*. A fonte base para este livro XVII parece ter sido Clitarco⁶ de Alexandria, o mesmo que foi usado por Cúrcio e Justino (este último, em “*apud.*” de Pompeu Trogo). Era seu método usar, para cada seção de sua história do mundo, uma determinada fonte primária e, ocasionalmente, complementar esta fonte com informações de outros escritores (HECKEL, YARDLEY, 2004: p. XXII). Devemos ter em mente, que este livro XVII não chegou completo até nós, pois as seções concernentes com os eventos de 330-329 a. C. e 327-326 a. C. estão com amplas partes perdidas (HECKEL, 2008: p. 09).

Com relação a Quinto Cúrcio Rufo, ele parece ter sido um retórico e político romano cuja data de nascimento que não pôde até hoje ser definida, embora se estima que tenha vivido entre o fim da República, e 53 d. C, enquanto servia como procônsul da África sob o Principado de Nero. Presume-se ter escrito a maior parte da sua *Vida de Alexandre Magno*, no período entre a queda de Sejano (31 d.C.) e a ascensão de Cláudio (41 d.C.). Para a confecção desta, além de Clitarco, Rufo parece ter lido Ptolomeu e Pompeu Trogo (HECKEL, YARDLEY, 2004: p. XXII). Este trabalho era composto por mais de uma dezena de livros cujos 2 primeiros – tratantes da vida e reinado de Alexandre na Macedônia – desapareceram, bem como o fim do livro V, o início do livro VI e substanciais partes do livro X (HECKEL, 2008: p. 10).

⁵ Nascido em Agyrium, na Sicília por volta do século I a. C.

⁶ Segundo Terry Buckley (1996: p. 366), pouco se sabe sobre a vida pessoal de Clitarco, além do fato de que ele viveu em Alexandria sob o reinado de Ptolomeu I Lago, entre o final do quarto século e a primeira metade do terceiro século a. C. Sua obra literária é altamente crítica de Alexandre, devido (segundo Buckley) a uma possível antipatia para com os macedônios, porém, é exageradamente apologética aos feitos de Ptolomeu (STONEMAN, 1997: p. 05), de cujos escritos pode ter tido acesso. Já na antiguidade, observou-se o seu tratamento arrogante da verdade, e a sua predileção por sensacionalismo, tais como as informações de que Alexandre teria incendiado Persépolis instigado por uma cortesã ateniense (depois de dar uma festa regada a muita bebida), com o fito de vingar a destruição que Xerxes fez a Atenas, em 480 (este trecho está contido em Diodoro XVII, 72 e Cúrcio Rufo V, 7, 3–11). Andrea Zambrini (2007: p. 216), diz que Clitarco era o mais popular e admirado escritor de Alexandre em Roma entre os primeiros séculos a. C. e d. C, mesmo sendo criticado por seu estilo bombástico e falta de confiabilidade.

Em termos de estilo, Michael Grant (1995: p. 99) considera Rufo um autor “retórico, vívido, romântico e emocional”, e que fazia inclusões de discursos fictícios em seus textos. De resto, ele aparentemente nunca chegou a alegar ser um historiador. Já Jaime Alberto Mahecha (2009: p. 257), que este orientou a construção da trama na busca de um relato “coerente e efetista, antes que cronológico, em que ele prefere o encadeamento narrativo de umas passagens com outras, à sucessão cronológica dos feitos históricos”. É no esforço por gerar este encadeamento que eram criados os discursos irrealistas que Grant denuncia. Isso se sucede, não por alguma incapacidade de síntese histórica do narrador, senão para produzir um efeito de integração lógica.

O enfoque de Mahecha aponta para se ver como as informações de Cúrcio se submeteram a uma estrutura que intencionava apresentar um relato não só verossímil, mas também agradável e até mesmo ideologicamente mais conectado com a história que se sucedia em Roma do que apenas com a de Alexandre Magno. Portanto, não podemos ser ingênuos em se acreditar que este autor clássico desejaria produzir um relato ficcional com finalidade exclusiva de gerar um entretenimento intelectual, descuidando-se de qualquer preocupação com a factualidade e o seu ambiente político-social circunspecto. Na passagem IX, 1, 34, em que Cúrcio Rufo expressa e conclusivamente declara “A verdade é que eu transcrevi mais coisas do que as que em realidade creio, pois não posso afirmar coisas das quais duvido e nem passar por alto das que me não têm sido transmitidas”⁷, nos fica demonstrado um momento durante o qual o narrador chega a refletir acerca do valor histórico das fontes usadas, e da verdade dos feitos por elas transmitidos.

Em se tratando da obra de Plutarco⁸ (50-120 d. C.), o que nos interessa aqui para fins deste trabalho são as *Vidas paralelas* (conjunto de biografias a onde estão contidas a maioria das informações produzidas por este autor sobre Alexandre) que, detentoras de uma narrativa meticulosa, vêm desde o século XVIII sendo associadas por alguns pensadores à literatura ou a pedagogia, pois neste último caso, estaria destinada a ensinar aos futuros governantes as boas virtudes dos grandes homens do passado, e a se evitarem seus erros (CROZALS, 1889). Não obstante, para Howard (1970: p. 183), ela também estava ligada a um fundo filosófico-moralista. A estas linhas de comentaristas anteriores, se soma os que desconfiavam da finalidade retórica ou meramente biográfica

⁷ “Equidem plura transcribo quam credo: nam nec adfirmare sustineo, de quibus dubito, nec subducere, quae accepi”.

⁸ Plutarco pertenceu a nobreza local de Queroneia, o lugar onde Filipe II derrotou os atenienses e tebanos e que é por alguns retratado como o último posto da “liberdade grega”. Não obstante, ele recebeu também a cidadania romana (HECKEL, 2008: p. 10).

das *Vidas* de Plutarco, seja devido à falta de metodologia, que crivaria a sua obra de subjetividades que fariam a verdade dos fatos pouco importar (ANDERSON, 1993: p. 07-08), seja pela grande ênfase sobre o *Ethos* ou sobre a *práxeis*, que fazia o autor repetir histórias que elucidavam o caráter de um homem em particular, especialmente quando ele suspeitava de elementos da sua historicidade (HECKEL, 2008: p. 10).

No tocante principalmente ao relato da *Vida de Alexandre* (que segundo Andrea Zambrini, pode ter sido produzida entre 110 a 115 d. C.), Wardman (1955) dizia que Plutarco só se concentrou em analisar os pontos virtuosos ou não, de seu personagem, tecendo a narrativa conforme lhe dava o julgamento (apud. SILVA, 2006: p. 41). Esta visão de manipulação de fundo moralizante também aparece em Hamiltom (1969), Pelling (1992) e Stoneman (1997: p. 07), que tentaram evidenciar a não-historicidade da obra plutarquiana relatando o fato de o autor, aparentemente, tecer os acontecimentos sem muito critério de nexidade, produzindo assim, uma obra com finalidade mais moralista ou de cunho meramente estético-literário (retórico). Para esta linha autoral, Plutarco não examinava com muita acuidade as suas fontes, que segundo o próprio escritor clássico, seriam na sua maioria produto das ditas “correspondências” de Alexandre (as quais ele teria tido acesso e usado abundantemente, não obstante, apenas algumas pudessem ter sido genuínas e Clitarco não tivesse deixado de ser a espinha dorsal da narrativa) (HECKEL, YARDLEY, 2004: p. XXVI).

Ao lado destes, Mossman (1992), vê na vida alexandrina tecida por Plutarco, uma influência da *Íliada*, projetando a tragédia aquiliana em Alexandre. Com esta última característica, Plutarco desejaria tornar mais atrativo a história de vida de seu biografado para o público leitor, do qual dependia. Só que para Starr (1987 apud SILVA, 2006), pensar que tal modulamento da obra pudesse ter uma finalidade semelhante a mercadológica é algo fora da perspectiva contextual da qual escreve este e qualquer outro autor clássico, e ainda mais levando-se em conta a restrição numérica e o alto grau de formação que detinha esse público romano elitizado para o qual se escrevia.

Por fim, temos o estudo de Maria Aparecida Silva (2006), calcado sobre as *Vidas* de Plutarco, em que esta declarou que os erros de interpretação anteriores, feitos sobre a historicidade desta obra, se devem ao fato de que os antigos comentadores só focavam as questões de referência filosófica e os pontos da estrutura biográfica e do estilo retórico, sem considerar as análises que Plutarco fazia do contexto social e histórico dos biografados, o que teria lhe propiciado já a sua época o desenvolvimento de um certo tipo de História (SILVA, 2006: p. 49). Nesta, a história individual é apenas

um “fio condutor” atrás do qual se descortina a sociedade da época, que por sua vez, interagia com os biografados, modulando em boa parte as suas ações (SILVA, 2006: p. 50, 63).

No entanto, toda esta análise plutarquiana ainda não havia rompido de imediato com certas características da tradição biográfica, como se pode notar lendo a *Vida de Alexandre*, onde o escritor manteve a tradicional estrutura tópica da “origem”, “carácter” e “educação” do jovem rei, objetivando criar um modelo paradigmático do conquistador expedicionário e “rei filósofo” (SILVA, 2012: p. 9) que, não obstante todas as grandes virtudes possuídas, não escapou ao final da sua trajetória, das limitações de um ser que, apesar de tudo, sempre continuou humano.

No que tangencia ao estudo da escrita do romano Lúcio Flávio Arriano sobre a carreira de Alexandre Magno, os posicionamentos hoje existentes na historiografia moderna são variados, e os autores se dividem entre aqueles que o veem como a mais confiável fonte sobre este rei macedônico, e aqueles que o consideram um continuante de uma tradição acriticamente pró-Alexandre. No entanto, antes de falarmos do perfil epistemológico de Arriano, se faz basilar conhecermos melhor a sua principal fonte que não chegou até nós: Ptolomeu I Lago⁹.

De acordo com Buckley (1996: p. 365-366), Ptolomeu, sobre assuntos militares e descrições das batalhas dá conta de mais credibilidade, não obstante ele exagere o seu próprio papel nas operações bélicas e serviços prestados à Alexandre, e busque degradar ou anular a imagem dos seus inimigos pessoais e políticos¹⁰ (acusando-os, por exemplo de participação na morte do rei). Já para Andrea Zambrini (2007: p. 217-218), os relatos de Ptolomeu não podem ser tomados como uma descrição totalmente verídica da totalidade da expedição, pois há neles uma tendência apologética para com Alexandre e seus atos, uma inclinação para diminuir as dificuldades que foram encontradas durante o périplo da campanha, e uma desculpa para as “poucas” ações reprováveis do rei (como

⁹ Ainda há Aristóbulo, mas sobre este não há, para este trabalho, muito a dizer além do que Terry Buckley (1996) alertou, sobre a necessidade de se manusear este autor clássico com cuidado, uma vez que ele é muito lisonjeiro à Alexandre, e tão protetor de sua reputação. Apesar de serem testemunhas oculares nos maiores fatos da vida alexandrina, Ptolomeu e Aristóbulo não abriram mão de fazerem uso das obras de outros autores, como a do grego Calístenes, um parente de Aristóteles, que havia sido contratado por Alexandre especificamente para dar um relato brilhante e heróico de suas realizações. Mas na prática, em seus últimos dias, Calístenes, como muitos dos gregos da comitiva alexandrina, começou a reprovar fortemente as maneiras orientalizantes por Alexandre adotadas após a derrota final e morte do rei persa Dario III. Ele, inclusive, estaria implicado na conspiração dos pajens (Primavera 327 a. C.), e por tal foi executado. O último evento coberto pelos seus registros históricos é a Batalha de Gaugamela (STONEMAN, 1997: p 04).

¹⁰ Como o ex-general Antígono, representante dos aliados gregos na expedição, e que com o seu projeto de restauração do império de Alexandre, ameaçava a supremacia ptolomáica sobre o Egito. Devido a tal, ele é só uma vez gravado por Arriano em uma atribuição subalterna, longe do teatro ativo de conquista.

os assassinatos de Filotas, Parmênio, Clito e Calístenes). Para esta autora, o foco desses relatos “é a magnitude da tarefa cumprida, em que Ptolomeu tinha desempenhado um papel notável”. A função da obra ptolomaica foi, para além de qualquer finalidade memorial devida ao grande conquistador macedônico, buscar criar um novo prestígio à figura do seu autor, que havia se diminuído pela derrota em Salamina, ocorrida por volta da época de produção desses relatos.

Herdeiro desta tradição que foi favorável a Alexandre, Arriano desenvolveu a sua *Anábase*¹¹ num estilo narrativo simples e sóbrio, e que, apesar da presença de lisonjeira admiração “*passim*” na obra, e de identificar no *pothos* (“desejo”) alexandrino a explicação para muitas das ações da época, não deixou de desenvolver posicionamentos críticos e de tentar fugir de contos aparentemente fabulosos, relatados por escritores precedentes (STONEMAN, 1997: p. 06).

Por conseguinte a esse estilo, a narrativa militar arriânica se torna notável pela sua clareza, sendo muito útil para quem deseja estudar a planificação tático-estratégica de Alexandre e dos seus inimigos. Tal é devido, especialmente, às experiências pessoais do autor como comandante militar no tempo das guerras entre romanos e pártas seminômades (BUCKLEY, 1996: p. 365; HECKEL, YARDLEY, 2004: p. XXIV). Estes últimos tinham um império que ficava nucleado na antiga base territorial dos Aquemênidas, o que pode ter dado a Arriano um melhor empirismo sobre as possibilidades de combate na região em que lutou Alexandre.

Entretanto a isso, o autor não evitou o fato de algumas incoerências terem sido transcritas para a sua *Anábase*, como a que parece superlativizar os números militares persas em todas as grandes batalhas. Esses números exagerados para a totalidade dos exércitos inimigos, que também estão presentes em Diodoro da Sicília, são advindos possivelmente dos textos ptolomaicos e de Aristóbulo, e decodificam a presente visão do conquistador macedônico, a visão de um pequeno grupo de homens que desejava justificar e glorificar tanto a empreitada passada quanto a sua nova posição de elites da Ásia e do Egito.

¹¹ A data de produção desta obra - que tem inspiração em Xonofonte - parece ter se dado no período do imperador romano Adriano (118-137 d. C.) (GRANT, 1995: p. 100), mais especificamente por volta de 115 a 125 d. C. (ZAMBRINI, 2007: p. 211). Vale lembrar que, apesar de nascido em família aristocrática da Nicomédia (atual norte da Turquia), Arriano, como Plutarco, detinha cidadania romana e ateniense, e ocupou vários cargos políticos sob Adriano (HECKEL, 2008: p. 10).

O romano Marco Juniano Justino é o mais tardio dos principais escritores “segunda-mão” de Alexandre, já que deve ter vivido por volta de 200-230 d. C. (ZAMBRINI, 2007: p. 211). Como a maioria dos escritores do Baixo Império Romano, ele foi um compilador de obras latinas e gregas, e devido a tal, não surpreende que seu epítome seja um derivativo da de Pompeu Trogo. Embora não devemos crer que tudo em Justino é sem mérito – pois nele há alguns elementos que podemos apreender sobre a tradição popular de Alexandre, inclusive se compararmos a seu epítome com as obras de Diodoro, Cúrcio e outros –, nós é forçoso trata-lo através do que se sabe da estilística do próprio Trogo – escritor que viveu num contexto bem anterior ao de Justino, pois foi um *vocontian* de Vasio, na Gália Narbonense do tempo do imperador Otávio Augusto (35 a. C. — 14 d. C.) (ZAMBRINI, 2007: p. 211).

Da sua grande história universal intitulada *Historiae Philippicae* (literalmente “Histórias Filípicas”, obra que foi elaborada em moda helenística, por técnicas dramáticas e com um poderoso elemento de moralismo), é preservado somente um epítome. Eram os livros 11 e 12 os dedicados a tratar do contexto alexandrino. Para Grant (1995: p. 112) o trabalho de Trogo é medíocre, confuso e nada original quanto ao conteúdo da temática. Já Waldemar Heckel e J. C. Yardley (2004: p. XXII) não arriscam definir um método para Trogo, preferindo acreditar que ele consultou um grande número de fontes primárias, sendo Clitarco de Alexandria (ver nota 5) a sua fonte sênior, de quem ele poderia ter tido sapiência através de um intermediário, “talvez Timagenes de Alexandria”.

Enfim, cada uma das fontes acima relacionadas – sem possuírem o rigor científico da atualidade e tendo como base a sua perspectiva individual ou a da linha autoral na qual se basearam – acabaram dando mais ênfase a um determinado aspecto no tocante a personalidade alexandrina¹²: seja o do conquistador incomparável, o do filósofo-das-armas, o do civilizador, o do banqueteador incapaz de resistir ao álcool, que ficava longo tempo com amigos e assim por diante. A existência destas variadas divisões autorais é resultante do fato de a obra literária não ser um correlato equivalente à realidade social, mas uma interpretação com potencial de construir um mundo próprio e suscetível de novos questionamentos. E essa interpretação particularizada não está solta no vácuo e sofre de ranhuras que são produzidas pelo entorno sócio-cultural dos

¹² Mas com relação ao recorte contextual aqui estudado (que pendeu para a análise da existência de torvelinhos políticos anti-Alexandre na Grécia e de um padrão tático-estratégico adotado pelo general macedônico durante as suas grandes batalhas campais iniciais), como veremos nos próximos capítulos, não houveram grandes dissonâncias.

escritores, que neste caso específico estavam cronologicamente distantes do contexto alexandrino sobre o qual escreviam. Os trabalhos de Rufo e Trogo, por exemplo, estão infiltrados de elementos romanos, seja por acidente ou por projeto mesmo.

Portanto, é importante a compreensão dos tempos e dos ambientes dos escritores antigos (suas filosofias de vida, fundo sócio-cultural e político, preconceitos da época), a fim de se tentar conhecer as circunstâncias sob as quais eles trabalharam. Partindo de tal premissa, não só saberemos separar melhor o que pode ter sido omitido voluntariamente daquilo que foi distorcido pela ignorância autoral¹³, como não resvalaremos para o bueiro daquele ponto de vista maniqueísta, credor da existência de fontes "boas" (confiáveis) e fontes que geralmente pode ser "más" e cuja evidência é completamente inútil. Sempre se deve ter em mente o fato de que uma fonte para boa crítica não é encontrada simplesmente do nada, porque isso é um trabalho de investigador que envolve uma coleta das evidências relatadas, uma avaliação da credibilidade da testemunha e, como bem refletiu Moses Finley (1994: p. 10), a criação de um complexo de perguntas e respostas que devem ser desenvolvidas pelo historiador a partir de um arsenal de conceitos, hipóteses e teorias. Após este longo e racional processo, é que ocorre o surgimento de uma determinada interpretação histórica.

¹³ Arriano é um destes casos de aparente ingenuidade, já que ele confiou demais em Ptolomeu e Aristóbulo, porque, como explicou no prefácio da sua *Anábase*, além de terem sido contemporâneos de Alexandre e participantes na expedição real, eles escreveram depois da morte do rei, e devido a isso, não precisariam bajular o falecido governante e distorcer a verdade. E Arriano segue esta observação com outra, dizendo que por ser rei, seria vergonhoso para a dignidade de Ptolomeu contar mentiras. Como se vê, faltava a Arriano (em sua época) um entendimento teórico-conceitual sobre a articulação entre a ideologia conservadora da política de poder e a ação propagandística do fausto monárquico.

2- GRÉCIA: O CONTEXTO POLÍTICO-MILITAR NA DÉCADA DE TRINTA DO SÉCULO IV A. C.

2.1- Demóstenes e as rebeliões político-militares gregas de 336-335 a. C. contra o intervencionismo governamental macedônico.

Para Paulo de Castro (2004: p. 25-26), o período da Guerra do Peloponeso e o subsequente (fim do séc. V a. C. em diante) é uma fase de ainda maior degradação dos ideais de imperialismo e unidade pan-helênicos que haviam sido pensados ou cogitados durante os conflitos pérsicos. É nessa fase que as pólis gregas irão recorrer cada vez mais ao ouro persa para enfrentar suas rivais vizinhas, tornando o Grande Rei uma espécie de “arbitro dos assuntos gregos”. Segundo o autor, foi na aventura imperialista, principalmente a dos atenienses, que morreu o patriotismo da velha pólis da época anterior a Péricles, fazendo com que desta forma, o grande drama das elites gregas do século 4º a. C, fosse “[...] a atitude frente a Felipe e, em primeiro lugar, o problema da unidade da Grécia” (CASTRO, 2004: p. 26).

É possível observar que durante o reinado de Felipe II (359-336 a. C.) e os anos iniciais do governo de Alexandre (336-331 a. C.), as regiões/povos da Grécia possuidores de elites político-militares que podemos denominar de “anti-macedônicas” estavam dividido em três “blocos”: um localizado no sul (Esparta e parte do Peloponeso), outro menor, no norte (região da Trácia, adjacências balcânicas e ilírias - que incomodaram Alexandre nos seus primeiros anos), e temos por fim a existência de um terceiro grupo, que poderíamos denominar de “bloco do meio”, devido a sua localização geográfica ser entre a Beócia (região tebana) e a Ática (zona de influência ateniense). É importante deixar claro que a palavra “bloco” foi usada entre aspas, pelo fato de que não faz parte da perspectiva de análise deste trabalho entender tais conjuntos de comunidades, ou grupos de interesse opostos a Macedônia, como monólitos hermeticamente fechados e homogêneos. A prova disso é que tanto os epirotas do Norte, os messênios e arcádios da região peloponésia, quanto os platenses, focenses e outros beócios mantiveram, em um momento ou outro, relações de aliança e colaboração com a Macedônia (CASTRO, 2004: p. 56), ainda que numa posição de satélites frente a essa potência central. Igualmente, é importante lembrar que nem sempre tais grupos de pólis ou tribos reacionárias, formaram ligas entre si ou tiveram

revoltas contemporâneas, apesar de, como veremos mais adiante, tentativas de amplas alianças politico-militares anti-Macedônia terem surgido.

Em seus anos iniciais, Felipe II submeteu os povos do norte limítrofes a Macedônia, ampliando seu próprio território e garantindo suas fronteiras (Diod. XVI, 71, 1-2). Depois de vencer militarmente ou submeter via acordos bilaterais a uma miríade de pólis gregas, Felipe II acaba por vencer a coligação de Tebas, Corinto, Mégara e Atenas na batalha de Queroneia, em Agosto de 338 a. C. Gradualmente, o rei macedônio foi dispendo, conforme relatou Denarcho, guarnições e oligarquias clientes em posições estratégicas para manter seu controle sobre a Grécia: Ambracia no Ocidente, Chalcis no Oriente e Corinto no sul (apud. BUCKLEY, 1996: p. 362). Depois, progressivamente tentou enfraquecer o poder dos peloponésios, isolando Esparta do cenário político, devastando seu território e resolvendo antigas disputas territoriais através da doação de distritos da fronteira espartana para Tegéia, Megalópole, Argos e Messênia (BUCKLEY, 1996: p. 362). Após estas vitórias, Felipe parecia ter posto a Grécia de joelhos e pronta para segui-lo para a conquista da Pérsia. Todavia ele não conseguiu completar seus planos, pois em 336 a. C. ele foi assassinado e Alexandre, seu filho, teve de assumir o seu trono e o comando dos helenos.

A principal base institucional que Felipe II legou para Alexandre reger os gregos submetidos – e principalmente os “aliados” – foi a Liga de Corinto¹⁴, que tomou a forma de uma aliança defensiva e ofensiva (*Symmachia*) que não tinha centro religioso, pois seu fim era apenas a política externa. De acordo com Ehrenberg, houve uma tendência para o poder supremo desta liga passar inteiramente às mãos do *Hegemon*¹⁵ (ἡγεμῶν), e para a autonomia dos aliados ser reduzida e, eventualmente, anulada. Isso significa que, entre outras situações, aquele membro que desistisse da liga agora não apenas quebrava um juramento, mas era considerado como um revoltoso político (1960: p. 107-113), e por tal, propenso a receber rispidas sanções de cunho belicizado.

¹⁴ Esta aliança de Corinto ficou conhecida por seus contemporâneos como “Felipe e o Helenos” (Φιλίππου καὶ οἱ Ἕλληνας) (HALL, 2007: p. 104).

¹⁵ *Hegemon*, era o título daquele que era uma espécie de presidente da liga de modelo *Symmachia*. Segundo Ehrenberg (1960: p. 115), na Liga de Corinto, o *Hegemon* não tinha direito a voto no *Sinedrión* (συνεδριον τῶν Ἑλλήνων), embora o presidisse e convocasse. Este *Sinedrión* era um protótipo de senado da liga que passava decretos decisivos e também “podia atuar como um tribunal, tomando medidas contra as infrações dos estatutos da liga. Neste *Sinedrión*, os Estados-Membros não tinham o mesmo poder de voto, que variava conforme a força dos contingentes militares que eles forneciam” (EHRENBERG, 1960: p. 115). Logo, se percebe que esta é uma aliança baseada numa política de poder que instrumentaliza a força bélica para atender a seus fins defensivos internos e, principalmente, os ofensivos externos.

É importante registrar que a natureza da Liga de Corinto tem gerado há décadas visões contraditórias na erudição moderna. Os autores se dividem: De um lado, há os que a veem como uma ferramenta dependente dos sucessos militares macedônicos e que tendeu a configurar a aliança em um império, ou seja, a Liga seria usada por Felipe e Alexandre para demonstrar aos gregos que não seria possível uma paz geral sem uma hegemonia (BUCKLEY, 1996: p. 363; HECKEL, 2004: p. 36; BLACKWELL, 2005; HANSEN, 2006; LONSDALE, 2007: p. 51-52). Do outro lado estão os comentaristas que a creditam como uma instituição mista, que, se em parte dava à Macedônia uma liderança parcial sobre a Grécia através de uma preponderância de poder garantidora de certa estabilidade a Felipe e capacidade interventora nos assuntos gregos (organização de assentamentos e definição das fronteiras dos Estados-membros da Liga; uniformização das constituições legais dos aliados, e direito de obriga-los a fornecer ajuda militar a Macedônia), ao mesmo tempo não anulava certos espaços de autonomia decisória dos aliados no conselho da liga (BRIANT¹⁶, 2012 [2002]: p. 36; THOMAS, 2007: p. 84-85; HALL, 2007: p. 104).

Um exemplo deste espaço de autonomia seria a decisão de demolir Tebas e escravizar seus cidadãos em 335 a. C., que segundo a tradição literária clássica, partiu dos aliados reunidos no conselho desta liga. No entanto, Heckel (2004: p. 73) e Blackwell (2005) afirmam que tal conselho foi composto dentro do acampamento militar de Alexandre e apenas pelos velhos inimigos de Tebas, o que denota certo sinal de submissão. Com isso, é possível entender que da mesma forma como aconteceu com os conselhos de ligas antecessoras, o conselho dos aliados da Macedônia geralmente se conformou aos desejos do *Hegemon* que, como exposto acima, com a locação de guarnições procurou garantir a lealdade somente dos mais populosos e poderosos Estados gregos, numa nítida atitude de coerção militar que não passava despercebida por alguns políticos gregos, como Demóstenes.

O resultado deste contexto de coerção político-militar institucionalizado pela Liga de Corinto, iria se traduzir agora, em instabilidades e revoltas¹⁷ armadas abertas contra o *Hegemon* Alexandre durante os seus primeiros anos de reinado. Para termos uma noção da agitação deste contexto, basta ver que das cinco principais fontes

¹⁶ Pierre Briant (2012: p. 39), é um pouco mais agudo, para ele, Felipe “[...] tinha a intenção de utilizar a Liga de Corinto para seus próprios fins”

¹⁷ É sempre importante esclarecer que tais “revoltas” não eram de origem e cunho estritamente popular, mas antes estavam sob a instigação e direção de líderes políticos e militares que pertenciam às elites das pólis gregas, como se constatará adiante.

clássicas que tratam sobre a vida de Alexandre Magno, quatro (Diodoro da Sicília, Plutarco, Arriano e Marco Júnio Justino) denunciaram que a fase de ascensão de Alexandre ao trono foi conturbada por revoltas de cidades gregas que estavam dispostas a se libertarem do jugo macedônio. Se começarmos pelo relato de Diodoro (XVII, 2, 1-2) teremos a seguinte indicação:

Neste ano [336 a. C], Alexandre, sucedendo ao trono, [...] estabeleceu sua autoridade muito mais firme do que qualquer que outro de fato supôs possível, pois ele era muito jovem e por este motivo não uniformemente respeitado [...].

Diodoro dá a entender que Alexandre parecia apreender que muitos dos gregos estavam ansiosos para se revoltar, e estava seriamente preocupado com essa possibilidade, de tal modo que se dispôs a agir mais coercivamente (Diod. XVII, 3, 1). Já relato de Plutarco (*Alex*, XI, 1-3), nos passa o seguinte cenário:

Quanto a Grécia, ela havia sido conquistada militarmente por Felipe, mas ele não tinha tido tempo de submetê-la e subjuga-la; ele havia somente levado mudanças e transtornos, e a havia deixado num estado de agitação e desordem profundo, pois ela não se acostumara a ele. Inquietos com tal situação, os macedônios achavam que Alexandre deveria renunciar completamente à Grécia e não usar da violência.

Em Arriano (*Anab*, I, 1), também fica claro que Alexandre não era uma unanimidade. Este autor dá como focos de resistência os lacedemônios e os atenienses. Apesar de parecer uma constatação resumida (pois não abarca os outros grupos anti-Macedônia existentes na Hélade), ela corrobora com as demais fontes ao fornecer um indício para apreendermos a realidade da não submissão total da Grécia à Macedônia quando da entronação de Alexandre. E por fim temos Justino (II, 2, 7-10), que igualmente confirma a existência de uma grande tensão política mesclada com revoltas de cunho militar surgida nas cidades gregas após a morte de Felipe II.

Essas revoltas político-militares pipocaram em várias populações da Grécia, como entre os arcânios, ambrácios, etólios, argivos, eleus e lacedemônios (Diod. XVII, 3, 3-5). Entretanto, seus epicentros mais perigosos foram as regiões da Ática e Beócia

(desta última, os tebanos expulsaram a guarnição macedônica em 335 a. C.), centros de maior atuação e influência de Demóstenes, o mais eminente orador ateniense anti-Macedônia que, por esta época, desejava levantar todos os gregos contra Alexandre (Diod. XVII, 3, 2), alegando que o pacto federativo estabelecido com o pai em Corinto (337 a. C.), não tinha validade para o reinado do filho. Isto não era verdadeiro do ponto de vista do tratado, pois, nos juramentos da Liga de Corinto os aliados se comprometeram a garantir a defesa e os interesses de Felipe II e seus herdeiros (EHRENBERG, 1960: p. 107-115; THOMAS, 2007: p. 84-86; BRIANT, 2012: p. 36). Mas, num contexto aonde a libertação helena era um projeto político tão ansiado pelas facções anti-Macedônia, e onde via-se que o momento era de certa turbulência na transição do poder régio em Péla, os mais variados subterfúgios – desde desvios tendenciosos de interpretação legislativo-pactual até mentiras sobre regicídio – eram calháveis, e nessa área Demóstenes foi um pivô, além de um razoável articulador político, uma vez que buscou acionar outras regiões da Hélade contra a perspectiva de consolidação da dominação macedônica, aventada agora, com a ascensão de Alexandre.

É em decorrência da sua importante capacidade de oposição e mobilização política, que iremos a partir de agora nos centrar na figura de Demóstenes e na motivação das suas ações entre 336-335 a. C, a fim de exemplificarmos como foi originada ideologicamente – e sustentada em meios bélicos – a resistência que Alexandre encontrou em certas regiões helenas no início do seu governo. Assim, entenderemos como este contexto político grego criou uma ameaça ao poderio macedônico que obrigou o rei-general a tomar certas medidas militares presentes e futuras direcionadas a Grécia, que, como veremos no próximo capítulo, irão acarretar impactos em seu aspecto tático-estratégico nas suas três maiores batalhas orientais.

Segundo Robin Osborne (2000: p. 217), Demóstenes (384-322 a. C.) foi um orador que esteve longe de ser coerente em suas políticas, e teria sido muito mais impulsionado por ambições políticas domésticas e pela determinação de se opor as ações públicas de seus rivais locais pró-Macedônia (como Ésquines) do que por idealismo¹⁸, além de não ser dotado de bom senso militar. Já para Paulo de Castro, no que tangeu às relações entre as póleis, Demóstenes foi um espécie de “idealista

¹⁸ Em Diodoro da Sicília (XVII, 4, 8), há um discurso de Ésquines, no qual este orador acusa Demóstenes de “[...] sua extravagância ter sido saturada pelo ouro do rei [persa], mas, mesmo isso, não vai satisfazê-lo; nenhuma riqueza jamais provou ser suficiente para um personagem ganancioso”. É claro que devemos ter ressalvas nesta acusação, pois Ésquines também era um personagem acusado por Demóstenes de ter recebido dinheiro e terras de Felipe II, para dissuadir Atenas de lutar contra a Macedônia (CASTRO, 2004: p. 28).

político”, que desejava uma unidade helênica “[...] dentro das tradições democráticas e de independência [...]” (2004: p. 26). Para este autor, Demóstenes surgiu como um patriota saudosista dos tempos da Atenas pré-imperialista, da “cidade-Estado” anterior ao início do quinto século, “aonde a submissão aos desígnios da pátria movia uma população inteira às galés” (*Oração da Coroa*). Assim, segundo Ryan K. Balot (2006: p. 277), contrastando com o final do século V a. C., que pelo seu imperialismo, criticou o discurso sobre a democracia, a visão de Demóstenes está inserida num contexto em que,

[...] os pensadores do século IV avançaram novas ideias positivas sobre formas democráticas de governo. Esses pensadores idealizaram a monarquia em particular, mas eles também foram atraídos por aristocracias modeladas em linhas tradicionais – por exemplo, a de Esparta (em grande parte imaginária) e a da Atenas "ancestral". Para os mais profundos pensadores, Platão e Aristóteles, o novo tradicionalismo forneceu uma base para a construção de visões radicais de futuro político.

Esse discurso que visava à uma certa retomada da antiga autonomia da pólis, irá se tornar justamente mais intenso no século IV a. C. (época dos governos de Felipe II e Alexandre Magno), sobretudo porque a herança das ligas criou grandes redes de cidades que eram ou submetidas ou vinculadas umas as outras (ou a um *Hegemon*) pelos tratados dos séculos anteriores¹⁹, de maneira que restava pouco espaço para a antiga e tão idealizada autonomia nuclear da fase arcaica (HALL, 2007: p. 105). No obstante a isso, havia por outro lado a vantagem de que se unidas sob a forma de um Estado federal, as póleis aliadas poderiam tornar-se relevantes forças militares para fazer oposição a algum inimigo externo, como a Macedônia.

Agora, se no plano político interno Demóstenes se mostrava mais um possível patriota idealista, no plano das relações externas de longo curso ele e seus apoiadores da facção anti-Macedônia surgiram como políticos realistas, pois compreendiam que não

¹⁹ Hansen (2006: p. 49), nos diz que entre 450 e 350 a. C., centenas das cidades-Estado mudaram seu *status* de Estados independentes para se tornarem partes de um Estado federal (chamado *koinon* ou *ethnos*), que normalmente era composto por todas as pólis de uma região. No meio do quarto século a. C. encontramos tais Estados federais na Fócia, Beócia, Lócrida, Tessália, Épiro, Etólia, Arcânia, Acaia e Arcádia.

era possível manter uma unidade pan-helênica baseada numa tirania (como havia sido na época de hegemonia espartana) ou sob a pressão de uma potência externa, como estava sendo no seu tempo com a instigação da Macedônia. Daí a necessidade do respeito ao viés democrático e a tradição agonal das pólis, porque de outra forma, só presumir-se-ia a perenidade de rebeliões ou cessões das pólis no futuro. Os próprios espartanos que quando da sua hegemonia foram implantadores de oligarquias ditatoriais, segundo Justino (IX, 5,1-3), só ficaram distantes do rei macedônico e de sua liga “porque os consideravam servidão, [e] não a paz, que não foi benéfica para os próprios Estados, mas sim imposta pelo vencedor”.

Podemos compreender que Demóstenes concebia as relações internacionais de seu contexto como relações de poder, do povo (ou seu líder) mais forte impondo seus “direitos” (vontades, desígnios) sobre a sociedade mais fraca (GUIMARÃES, 2011: p. 150-151). Dentro desta perspectiva, sua tese era que a conduta de Felipe II determinava o estado das relações entre Atenas e a Macedônia (GUIMARÃES, 2011: p. 176), embora não descartasse que o inatismo cívico-militar e a escassez de recursos dos atenienses fossem a causa das vitórias macedônias (*Filípicas*, I). Pelo temor da continuação deste estado, mesmo após a morte de Felipe, este orador largou a ideia de formar um exército exclusivamente “patriota” (*Filípicas*, I) e passou a ver que a única maneira de Atenas se livrar da ameaça do jugo macedônico seria através de uma união – via alianças militares – com as cidades anti-Alexandre da Grécia²⁰, e até mesmo com o Grande Rei persa, de quem ele teria aceitado dinheiro para sublevar as cidades helênicas²¹ – embora esta estratégia de aliança fosse mais subterrânea (Diod. XVII, 4, 7-8; Just. II, 2, 7).

Com essa intenção em mente, no ano da morte de Felipe II (336 a. C), o orador ateniense resolveu fazer com que suas ideias e ligações alcançassem outras pólis a onde haveriam potenciais partidários da guerra contra Alexandre. E era para estas facções²² que Demóstenes distribuiria os recursos recebidos do rei persa. Dentre os

²⁰ Até o pronunciamento das *Filípicas*, Demóstenes nutrirá tal esperança (GUIMARÃES, 2011: p. 169-170).

²¹ Para Alfred Croiset (1899: p. 650), o costume de suborno era algo típico, quase generalizado naquele meio político do 4º século. Felipe II e o rei persa também usufruíram de tais subterfúgios para fins político-militares. O verdadeiro crime, sob a óptica de Demóstenes, era “sacrificar a esses honorários o interesse público de Atenas”, como fazia Ésquines a serviço de Felipe II. Com tal, a aceitação por parte de Demóstenes dos 300 talentos enviados pelo Grande Rei (à época da morte de Felipe II), para com eles incitar as cidades gregas a novas revoltas contra Alexandre (nessa época, recém-entronizado e considerado inexperiente), não lhe “pesaria” na sua consciência “patriótica”, uma vez que a aliança com a Pérsia era meramente tática e voltada para questões de segurança e independência grega que o momento requeria. Assim, não podemos jamais comparar com a nossa moral privada ou pública atual, a moral da administração de Estado e de práticas políticas da época de Demóstenes e Felipe II, para rotulá-los como corruptos no sentido moderno do termo.

potenciais aliados a serem cooptados os tebanos eram historicamente os mais célebres, pois já haviam tido a hegemonia grega (371-338 a. C.) e, ainda ressentidos com a brevidade do seu período de suprema glória, pensavam em aproveitar a fase de transição de poder surgida após a morte de Felipe II para sair debaixo da crescente opressão macedônica (PAINE, 2007: p. 112).

Quando do boato criado por Demóstenes da morte de Alexandre em 335 a. C durante a campanha nos Balcãs, os tebanos foram os primeiros a se revoltarem, inclusive com armas dadas por este orador. Ainda tentaram chamar em seu apoio os arcádios, os argivos, e os eleus. Forças do Peloponeso também foram aguardadas, mas, tal como as próprias tropas de Atenas, resolveram por fim se abster de avançar com o intuito de esperar o encaminhamento que a revolta teria (Diod. XVII, 8, 5-6). Quanto a agilidade para a revolta pela parte dos tebanos, ela se deveu, principalmente, ao fato de haverem algumas de suas lideranças refugiadas em Atenas, possivelmente desde a época posterior a batalha de Queroneia (338 a. C), e talvez estivessem sob a proteção dos “partidários da guerra” e em contatos e planejamento com eles, principalmente após a morte de Felipe, quando tais facções se encheram de esperança libertadora e tentaram formar uma espécie de aliança anti-Alexandre, sob o mando de Demóstenes.

Para esta revolta iniciada de 335 a. C., além do apoio dos tebanos e do rei Aquemênida, Demóstenes tentou contar com o reforço de Átalo, tio da última esposa de Felipe II (Diod. XVII, 5, 1) e que nessa época questionava a legitimidade de Alexandre ao trono da Macedônia para favorecer seu sobrinho-neto, também filho de Felipe II (Diod. XVII, 2, 3).

Como a mobilização de Demóstenes não se dava apenas no campo político, mas tinha também cunho militar, cada uma destas forças acabava tendo uma importância tática vital para que o chefe ateniense pudesse enfrentar um exército de elite tal qual o macedônico. Com os tebanos, Demóstenes ganhava um importante batalhão de infantaria, arma pivô dos exércitos gregos de então. Dos persas, que eram até esse momento os senhores de boa parte do mundo conhecido, viriam o dinheiro e o aval para a revolta; e com Átalo e seu grupo dissidente se teria um conhecimento mais acurado sobre Alexandre e a Macedônia, algo que faltava a Demóstenes, além de habilidades militares destacáveis (CASTRO, 2004: p. 52).

²² O fenômeno faccional não era algo inédito no mundo greco-políade, já que desde o século VI a. C., a maioria das póleis, estava dividida em dois grupos políticos rivais. Os ricos apoiavam a oligarquia, e os pobres, normalmente preferiam a democracia (HANSEN, 2006: p. 125).

Na amplidão desta aliança, percebe-se a extensão da consciência tático-política deste orador ateniense, uma vez que ele conseguiu apreender não só os pontos de tensão anti-Alexandre na Grécia, como também não fugiu das suas vistas as divisões internas inerentes a casa real da Macedônia.

Além destas regiões citadas à cima, era objetivo do orador ateniense levar todo o resto da Hélade a uma ruptura com o novo rei macedônio. Em sua justificativa para tremendo levante havia – para além da crença de que o compromisso de alinhamento assumido pelos gregos com Felipe II em Corinto não tinha validade para o reinado de seu filho – a justificativa sobre o fato de Alexandre ter instalado, ou apoiado, tiranias em Sicyon, Pellene, e Messênia (Blackwell, 2005).

Neste ínterim, segundo o que relata Diodoro, o clima político grego era de confiança, pois os chefes helenos possivelmente estavam vendo Alexandre como uma espécie de jovem neófito e imbele, ainda pouco capaz para a prática do poder, mais propenso a um vão filosofar do que à ação bélica. Ainda corroborando para o aumento do otimismo das elites gregas rebeladas, estava o fato de saberem que Parmênion, considerado então como o melhor general da Macedônia, estava na Ásia com boa parte das suas forças (Diod. XVII, 2, 4), e que outros povos do norte e oeste da Macedônia (trácios e ilírios) pretendiam se levantar contra o jugo de Alexandre. Neste contexto de nada adiantou os embaixadores enviados pelo jovem rei à Grécia, prometendo às suas autoridades locais o respeito às suas liberdades (Diod. XVII, 4, 3-9), porque outras diversas cidades gregas e regiões (como a Tessália) começaram a se mobilizar, inclusive rendendo as guarnições macedônicas que estavam em suas regiões, ainda que “[...] sem noção exata da situação” (CASTRO, 2004; p. 52).

Parece que nesta última frase, Paulo de Castro deseja denotar que apesar de ser legítimo este fervor dos gregos por suas liberdades, eles não detinham uma visão completa do estado das forças rebeldes à sua volta, e nem muita ideia da superioridade de combate de Alexandre. Explicando melhor, a totalidade da chefia rebelde não tinha uma condição de conjugação bélico-organizativa amplamente coesa e consciente naquele instante, capaz de superar as reticências de posicionamento²³, e as históricas rivalidades e dissonâncias entre as cidades gregas (Esparta, por exemplo, não quis participar da revolta) e dentro delas, bem como superar as dificuldades de comunicação do período. Entretanto, a reação militar de Alexandre sobre estas rebeliões foi tão rápida

²³ Prova dessa incapacidade, é que Átalo acabou desistindo de se aliar a Demóstenes, os peloponésios ficaram em estado de observação, e os tessálios se realinharam com Alexandre.

e eficaz, como veremos a baixo, que não nos permite pensar muito sobre que tipo de êxito imediato teria esta aliança emergencial formada por Demóstenes, caso ela tivesse superado estes entraves – embora fosse previsível que ela trouxesse consideráveis dificuldades militares ao centro macedônio.

Em relação a estas duas situações trazidas acima, a miopia político-militar dos gregos rebelados e a tentativa diplomática de Alexandre frente a estes, vale ressaltar que, no contexto de 336-335 a. C, Alexandre ainda era um jovem rei-guerreiro com uma experiência bélico-governamental quantitativamente reduzida, tentando assegurar o trono e cercado nas suas fronteiras de inimigos experientes, cheios de recursos e artimanhas. Por tal, a confiança grega não era ingênua, ela tinha fundamentos na realidade perceptível, no entanto, não era muito prudente pensar assim, pois, Alexandre ainda estava em posse de um exercito que tinha uma precedência vitoriosa sobre a Grécia.

Quanto a atitude diplomática alexandrina, apesar das promessas de respeito às liberdades gregas, ela falhou porque a grande convicção que os rebeldes tinham na vitória, em decorrência da já citada inexperiência de Alexandre e do número de problemas que o cercava ao norte, fez com que a maioria dos rebelados não quisessem negociar inicialmente. Outro entrave foi a atitude realista de Demóstenes, percebedora de que com um centro hegemônico estrangeiro no comando da Hélade, não haveria, no futuro, total respeito a autonomia e vontade política das pólis: basta observarmos, através dos fatos deste contexto, que Alexandre não permitia a elas ignorar sua presença política e seu arbítrio para poderem viver em paz – tanto que, segundo Plutarco, ele não atendeu ao conselho de seus próprios comandantes para abandonar a Grécia sem uso de força (*Alex*, XI, 1-3).

Assim, destruída em princípio a possibilidade de um acordo pacífico com os helenos, o rei macedônio resolveu marchar sobre a Grécia (335 a. C) após quitar as questões ao norte e deixar Hecateus da Cárdia e Parmeniôn liquidando com Átalo na Ásia Menor (Diod. XVII, 5, 2). Alexandre deslocou-se primeiro contra a Tessália, onde venceu a resistência das chefias locais pacificamente, oferecendo a elas os mesmos direitos e posições que tinha prometido seu pai às mesmas. Tais direitos reservados aos tessálios eram referentes a parte dos despojos de guerra que fossem obtidos dos persas (Diod. XVII, 4, 1-2). Mais do que uma atitude política imediatista, esta ação desarmada remeteu a um pensamento tático-militar de longo prazo, pois era interessante poupar a cavalaria tessália para a guerra no Oriente (CASTRO, 2004: p. 53).

Com Tebas, no entanto, não se conseguiu um fim semelhante²⁴ e, por tal, essa cidade teve sua revolta abafada violentamente em 335 a. C por Alexandre: sua zona urbana foi destruída e a população sobrevivente escravizada, servindo tudo isto como propaganda às demais cidades e seus *demos*, que poderiam pensar futuramente em apoiar as ideias dos partidos anti-Macedônia (Diod. XVII, 8-14). E, ao que aparece em Arriano (*Anab*, I, 10), tal finalidade foi naquele momento parcialmente alcançada, uma vez que alguns grupos gregos retornaram de suas posições ofensivas. Entre os maiores exemplos registrados estão os arcádios, que iriam ajudar os tebanos, mas, após saberem do desastre terminaram sentenciando à morte os que os haviam persuadido à rebelião. Também os eleus, decidiram trazer de volta seus exiliados porque eram partidários de Alexandre; “[...] e os etólios enviaram embaixadas, uma da parte de cada tribo, a suplicar o perdão por intentar rebelar-se, alentados pelos rumores disseminados pelos tebanos” .

Plutarco acreditou que nesse ato de destruir Tebas Alexandre queria agradecer os aliados fócios e platenses, que há muito eram queixosos dos tebanos (*Alex*, XI, 11). Partes da historiografia moderna, também seguiram tirando das costas de Alexandre o peso exclusivo da cruza na punição de Tebas, dizendo que tal não teve haver com o “traço dionisíaco” de seu carácter, mas na verdade, o rei macedônio teria “sido envolvido por uma rede de circunstâncias, não lhe tendo cabido a iniciativa do ataque à cidade, nem o julgamento da sorte da cidade” (CASTRO, 2004: p. 57). Já para Waldemar Heckel e Yardley, houveram outras considerações específicas, do interesse honorífico da dinastia macedônica, que corroboraram para tal reação violenta, pois, no passado, Tebas havia interferido nos assuntos macedônios durante os reinados de Alexandre II, Ptolomeu de Alorus, e Pérdicas III, e até algum tempo inicial do reinado de Felipe II, o qual tinha sido um refém nesta cidade (2004: p. 73).

Diodoro (XVII, 9, 4-5), ainda aventa outra motivação para tal ato de extremadura contra os tebanos. Segundo seu relato, Alexandre

“[...] estava ansioso para se livrar destes distúrbios na Grécia, para que ele pudesse prosseguir sem distração a guerra com a Pérsia. Finalmente, no entanto, ele

²⁴ Diodoro deixa entender que os tebanos não aceitaram a ideia de paz e aliança com Alexandre, pois se tal tivesse se concretado, “[...] o rei teria aceitado as suas propostas com prazer, teria aceitado tudo o que pedissem [...]” (XVII, 9, 4-5). Entretanto, ao invés de pensarem nesta hipótese, os tebanos ainda “[...] chamavam aqueles que quisessem libertar a Grécia para se ajuntarem a eles” (Plut. *Alex*, XI, 6-8).

percebeu que era desprezado pelos tebanos, e por isso decidiu destruir a cidade totalmente [...]”.

Neste excerto, percebem-se os primeiros impactos negativos que este contexto político helênico já trazia para a expedição ao Oriente. Neste fato específico, trata-se de ocasionar um atraso inicial, pequeno, mas capaz de abalar um pouco os ânimos e a moral “dominadora” do conquistador, de seu oficialato e de seu exército.

Mesmo que a destruição de Tebas tivesse sido da pura iniciativa de Alexandre, nós não deveríamos pensar que com este ato ele se tornaria um psicótico com complexo vingativo; antes de tudo, ele é o chefe de uma potência ascendente que tem no uso e segurança da sua superior força militar a razão de ser e agir assim. Agora é ele “quem dá as cartas” (até certo ponto), possibilitando um espaço de diplomacia com o adversário só até onde não seja preciso ir à guerra²⁵. Guerra que, por questões logísticas e de não-dispêndio de energia militar, deveria ser evitada, como no caso da Tessália, para que não causasse danos a uma potencial base de apoio bélico da Macedônia para a campanha pérsica.

Na diplomacia alexandrina frente às cidades gregas, podemos ver decodificada a essência de boa parte das relações assimétricas entre potências centrais e sociedades periféricas dentro de uma dada ordem política internacional: negocia-se com o “inferior”, com o que está em desvantagem, até onde suas reivindicações não entrem em choque com os interesses dos dominantes.

No entanto, se Alexandre teve ou não a iniciativa da destruição de Tebas, pouco importa para a proposta final deste trabalho, pois devido às circunstâncias logo ele teria que atacar e invadir. Ademais, outras “Tebas” surgiriam no futuro da carreira militar de Alexandre Magno, e ele não hesitou em sitiá-las, escravizá-las ou destruí-las quando a sua iniciativa diplomática ou a dos nativos falhara (vide Mileto, Mindos e Tiro). Este é um padrão que se repetiu não só na trajetória desse personagem, mas na diplomática das demais potências da Antiguidade.

Após tal acontecimento em Tebas, Alexandre exigiu que Atenas lhe entregasse Demóstenes e outros cabeças da facção anti-Macedônia (que era composta por importantes políticos e antigos generais, tais como Licurgo, Caridmo, Hipérides,

²⁵ Fato que comprova isso, foi quando Alexandre cercou Tebas, e antes de destruí-la, “deu-lhe uma chance de ser poupada, exigindo que entregassem a Félix e Protites, em troca de imunidade àqueles que a ele se juntassem” (Plut. *Alex*, XI, 6-8: p. 31).

Polieucto, Cares, Efiálfes, Diótimo e Merocles), o que gerou controvérsias entre a assembleia do povo e os demais habitantes (Diod. XVII, 15, 1-5; Arr. *Anab*, I, 10), demonstrando que tais figuras e seu partido tinham certa preponderância na cidade.

Contudo, nesse ínterim Demóstenes habilmente rachou a facção colaboracionista pró-Macedônia comprando um de seus membros mais destacáveis, Demarato, que acabou convencendo Alexandre a deixar aos atenienses o ato de julgar o orador pelo ‘crime de rebelião’ (Diod. XVII, 15, 1-5). Tal ato significava praticamente a indulgência de Demóstenes, afinal os cidadãos sabiam que ele havia promulgado uma revolta contra uma potência bárbara que ameaçava a liberdade ateniense. Apesar de saber das grandes chances de absolvição do seu rival, Alexandre preferiu agir politicamente enquanto conseguia o exílio de outros opositores. Mais uma vez, parece que o desejo de empreender, de uma vez por todas, a expedição à Ásia, sem deixar atrás de si nenhum motivo para que os gregos desconfiassem dele, influenciou em sua decisão política final (Arr. *Anab*, II, 10).

De resto, tendo anulado politicamente Demóstenes em grande soma, o rei resolveu perdoar o passado de revoltas de Atenas, e pediu que nas negociações futuras seus diplomatas se dirigissem à Corinto (CASTRO, 2004: p. 53), e ainda aconselhou esta cidade “a dedicar-se com zelo aos assuntos públicos, pois se algo acontecesse a ele, ela dirigiria a Grécia” (Plut. *Alex*, XIII, 1-2). Se essa fala trazida por Plutarco realmente existiu, podemos denotar como não fugia a Alexandre a histórica posição de liderança política de Atenas na Hélade (ou ao menos em boa parte dela).

Após tais acontecimentos de 335 a. C., Alexandre voltou à Macedônia, da onde após os preparativos partiu para a conquista da Pérsia, em 334 a. C., deixando Antipatro com a regência da Macedônia.

Podemos denotar nesses acontecimentos dos anos 336-335 a. C. o destaque e influência final que teve o aspecto da ação bélica (ou sua ameaça) dentro do quadro da reordenação política alexandrina sobre a Grécia, tornando-se o mais importante dos delineadores nas relações com os subjugados ou os que tentaram buscar a rebelião. Isso nos faz remeter à Claus von Clausewitz (1996: p. 26) e a sua tese sobre o uso cabal da guerra pelo poder dirigente: “a guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma condição das relações políticas, uma realização destas por outros meios”. Isto vai próximo do que falou Charles Tilly: “Estados fazem guerra, e guerras fazem Estados” (apud. GABRIELSEN, 2007: p. 248). Pode parecer

simplificadora, mas são visões comumente compartilhadas entre antropólogos, sociólogos e cientistas políticos.

Então, partindo-se dessa premissa em que a guerra é instrumentalizada e, portanto, influenciada pela política de poder e suas nuances, não há como se negar (e as fontes antigas citadas à cima demonstraram) que tal contexto de ingovernabilidade grega causava interferências nos planos militares futuros que tinha Alexandre para a Ásia. E a preocupação com tal interferência continuará mesmo depois da partida do rei para o leste: prova disso são as disposições bélico-policiais com as quais ele revestiu a seu regente Antípatro sobre os gregos. Este ficou responsável por uma força aproximada de 12.500 soldados, incluindo infantaria e cavalaria juntas (Diod. XVII, 17, 5). Sua missão seria defender com essa força as fronteiras mais imediatas da Macedônia, e também manter a ordem entre os Estados membros da Liga de Corinto e contra qualquer outro Estado revoltoso que surgisse na Grécia se opondo a Alexandre.

Essa necessidade de tropas policiais de reserva no flanco grego, demonstra bem a instabilidade de institucionalização da autoridade macedônica sobre a Hélade. Neste contexto, era previsível o surgimento de futuras revoltas anti-Macedônia na ausência de Alexandre, pois a estabilização da autoridade deste era dependente e limitada pelas percepções gregas sobre os juramentos e tratados feitos ao *Hegemon*. Blackwell (2005), por exemplo, dirá que a atitude dos atenienses para com Alexandre e a sua Liga de Corinto, evidencia uma resistência a um tratado visto como ambivalente, o qual eles tiveram pouca escolha para promulgar, e por tal, o interpretavam como uma pesada e tirânica imposição. Ideia semelhante tinha a elite de Esparta.

Além das tropas deixadas com Antípatro na Macedônia, outra medida administrativo-militar defensiva tomada por Alexandre visando garantir um futuro mais estável para si no quadro político grego, teria sido deixar à disposição do regente, uma grande reserva com dezenas de milhares de homens recrutáveis entre os aliados gregos (lembrando que, cada tropa macedônica e cada grupo masculino grego recrutáveis deixados para policiar este contexto instável da Grécia, significou um batalhão a menos com o qual pode contar Alexandre na Ásia). Essa força reserva irá aparecer nas fontes num novo ambiente de revoltas anti-Alexandre, que foram os anos de 333-331 a. C., no Peloponeso, com a sedição de Ágis III de Esparta.

Iremos abordar a partir de agora a esta rebelião, que é demonstrativa da continuidade da instabilidade política grega frente à ameaça de dominação macedônica (agora no Peloponeso), e da dimensão numérica das forças deixadas com Antípatro.

2.2- Tensões no Peloponeso: a revolta de Ágis III de Esparta (333-331 a. C).

Analisar o contexto peloponésio anti-macedônico subsequente às revoltas de 336-335 a. C., é vital a fim de se obter uma visão mais completa do conjunto do ambiente político grego nestes anos, e para compreendermos melhor o impacto gerado pelas agitações ocorridas neste na configuração tático-estratégica macedônica durante as 3 maiores batalhas alexandrinas no Oriente.

Após o período de guerra contra os persas (terminado na primeira metade do século V), o único mais disponível à unidade pan-helênica, o que se seguiu foi a quase bipolarização do mundo grego entre a aliança ateniense, “[...] autêntico império, composto por Estados tributários de Atenas, desprovidos de voz na determinação da conduta da aliança” (GUIMARÃES, 2011: p. 95), e a liga peloponésia, que não obstante fosse liderada pela historicamente autoritária Esparta, formava uma verídica confederação em que cada pólis, independente da sua força, tinha direito a voto (HALL, 2007: p. 103).

Sem dúvida, eram ligas antagônicas, mas, seguindo o pensamento de Címonm relatado por Guimarães (2011: p. 96-97), do poder e existência de Esparta e Atenas dependiam a segurança e até a continuidade existencial desta Grécia que saiu mais desgastada – e não menos ameaçada existencialmente – da guerra contra os persas. Para este aristocrata ateniense, a Hélade estaria “coxa” sem uma destas póleis. Portanto, devido à importância consciente e mútua que essas cidades rivais se davam (já naquele contexto), torna-se complexo falar das transformações e dos movimentos políticos dos últimos anos da Grécia Clássica, principalmente frente à Macedônia, sem situá-los em boa parte sobre as trajetórias finais de Esparta e Atenas neste período.

Por agora nos interessa analisar, exclusivamente, a postura político-militar espartana frente à dominação e subsequente expansão do poder alexandrino.

De princípio, é importante lembrar que Esparta não participou da aliança tebano-ateniense que combateu Felipe II em Queroneia, mas também não o reconheceu como *Hegemon* dos gregos (OSBORNE, 2000: p. 221). A existência de tal rebeldia frente ao domínio macedônico explicaria a motivação dos decretos baixados por aquele rei para cercear o poder lacedemônio, como o que deu aos nativos da Messênia²⁶ a posse sobre esta região que durante séculos esteve sob o poder espartano, bem como as

²⁶ Região entre o oeste e sudoeste de Esparta, a Messênia foi primitivamente submetida e avassalada pelos dórios, que dos messênios tiravam sua massa servil (SOUZA, HECKEL, LLEWELLYN-JONES, 2004: p. 190). A Messênia era por tal, uma inimiga historicamente rebelada e ameaçadora para Esparta.

interferências macedônicas em Argos e Megalópoles, num momento no qual os espartanos, mais uma vez, estavam tentando restaurar sua posição de influência dentro do Peloponeso (BUCKLEY, 1996: p. 355; GUIMARÃES, 2011: p. 144). Como consequência, isto gerou muita revolta entre a elite lacedemônia, cuja reação bélica alcançou o ápice em 331 a. C, sob o comando do rei Ágis III (338-331 a. C.), quando na Macedônia já reinava Alexandre Magno.

As fontes que relatam este evento em sua maior amplitude são Diodoro da Sicília (Livro XVII) e Arriano, que citam os movimentos iniciais de Ágis no seu Livro II. Embora Cúrcio Rufo também a cite no prefácio do seu sexto livro, não trás nenhuma informação nova em relação a dos dois primeiros autores, e Justino também cita apenas de relance a existência da rebelião (XII, 1, 4-7), já Plutarco não chega nem a mencioná-la em sua *Vida de Alexandre*.

Os eventos produzidos pelos lacedemônios no ano de 331 a. C. (derrota do comandante macedônio Korragos por Ágis, que dá início ao cerco de Megalópolis – baluarte das forças alexandrinas no Peloponeso), são apenas o estouro final de um processo de rebelião político-militar que vinha sendo preparado pelo rei espartano desde 333 a. C. Conforme Pierre Briant, ainda no mesmo ano ocorreu uma tentativa de ligação da revolta espartana com os interesses dos inimigos persas cuja datação foi possível graças ao itinerário da campanha de Alexandre, que por esta época

posteriormente [à saída do Egito] se dirige ao Eufrates por Damasco e Alepo. A sua partida lhe acerca uma inquietude: a situação na Europa a onde Ágis III se torna cada vez mais ameaçador. Ágis III, rei desde o ano 338, tinha as mãos livres para preparar o exército de Esparta. Seu objetivo era atuar em colaboração com o grande rei. No ano 333 decidiu aliar-se com os persas [...] (BRIANT, 2002: p. 25, 58).

A data de 333 a. C, é colocada pelo autor como o marco inicial para a aliança de espartanos com persas, pois durante o final da primavera deste ano Ágis teria recebido 30 talentos e 10 trirremes de Pharnabazus, um almirante persa que ainda estava ativo pelas ilhas do Mar Egeu. Durante esta primavera, o rei de Esparta não foi capaz de realizar muita coisa em termos bélicos, mas no inverno de 333/332^a a. C., ele recebeu muitos mercenários gregos que lutaram para Dario III Codomanno, e que haviam sobrevivido à batalha de Isso e estavam de volta a Grécia à procura de um novo empregador. Foi nesse período que Ágis levou seus navios à Creta onde organizou

assuntos para novos levantes, tendo capturado um certo número de cidades que foram obrigadas a tomar o lado persa e fornecer soldados adicionais; mais tarde o rei espartano se uniu a outro almirante persa, Autofradates, em Halicarnaso (Diod. XVII, 48, 1; Arr. *Anab*, II, 13). Possivelmente, tomar a ilha cretense devia ser de suma importância, pois, além de tirar de Alexandre uma relevante base naval com a qual o rei macedônio podia controlar o sul da Grécia (Peloponeso), ainda tinha o fato de que Creta poderia servir às elites espartanas de posto marítimo comercial e militar avançado em relação às ilhas gregas do leste, e as bases marítimas orientais dos persas.

Ao chegar o ano correspondente a 331 a. C. (segundo o nosso calendário), Diodoro relata que foram trazidas para a Grécia notícias sobre a vitória de Alexandre na batalha perto de Arbela, de modo que muitas das cidades helênicas ficaram alarmadas com o crescimento do poder macedônio e decidiram guerrear por sua liberdade enquanto a causa persa ainda estivesse viva. Essas cidades esperavam que Dario III fosse ajudá-las, enviando-lhes muito dinheiro para que pudessem reunir grandes exércitos de mercenários, dificultando assim a ação de Alexandre no Oriente, que por diversas questões logísticas teria grandes dificuldades em dividir as suas forças em duas frentes (Diod. XVII, 62, 2). Entretanto, de acordo com Justino, houve a crença de que foi a ausência do rei macedônio o que suscitou a oportunidade para as pólis gregas retomarem a liberdade pelo amparo das armas (XII, 1, 4-7).

Desde então Ágis julgou ser esta a hora de empreender uma guerra libertadora e clamou os demais gregos a se unirem em defesa de sua liberdade. Diodoro afirma que, à exceção dos atenienses, que por terem sido favorecidos por Alexandre não quiseram se envolver, o pedido do rei espartano não caiu totalmente no ‘vazio’, pois,

[...] a maior parte da peloponésios, e alguns dos gregos do norte, chegaram a um acordo e assinaram um compromisso de ir para a guerra. De acordo com a capacidade individual das cidades, se alistaram o melhor de sua juventude e se matricularam como soldados, [algo] não inferior a vinte mil de infantaria e cerca de dois mil de cavalaria (Diod. XVII, 62, 6-7).

Neste trecho, percebe-se que o maior apoio à Ágis veio das cidades do próprio Peloponeso (ao que parece, tal frente incluía Eléia e quase todos os aqueus – com exceção dos de Pellene – junto da Arcádia e suas cidades, tirando Megalópolis que era famosa por sua política anti-espartana), sendo que algumas dessas pólis já haviam

prestado juramento em Corinto ao *Hegemon* macedônico (BLACKWELL, 2005). Entretanto, grande parte delas deveriam ser aliadas de Esparta desde os tempos de sua hegemonia, pois mesmo tendo estado a liga peloponésia já há algum tempo desarticulada, seus antigos membros possuíam ainda a capacidade de se rearticularem em torno de um objetivo comum.

No que tange à omissão de Atenas em relação a apoiar Esparta, alguns autores tentaram elencar a sua histórica rivalidade com os lacedemônios como fundamento explicativo para tal postura. Contudo, é provável que os atenienses realmente se omitiram para manterem-se na “zona de conforto” deixada por Alexandre quando este concedeu-lhes certos privilégios. Todavia para Blackwell (2005), apesar dos atenienses não terem ajudado a Ágis III, eles se opuseram ativamente aos objetivos da Macedônia sempre que puderam, e quando não conseguiam se omitir, eles apoiavam minimamente os esforços de Alexandre, não obstante, neste caso em questão, não haja qualquer evidência nas fontes sugerindo que Antípatro pediu apoio aos atenienses. O fato é que não podemos considerá-los como confiáveis colaboracionistas.

Até os desdobramentos desses movimentos iniciais espartanos, Antípatro havia delegado ao estrategista Korragos o cuidado da frente peloponésia junto da aliada Megalópolis. Todavia, este último acabou vencido e assassinado nas proximidades de Corinto. Isto obrigou o regente a interferir diretamente: acrescentando soldados dos gregos que ainda eram leais, Antípatro “construiu a sua força até que numerada a algo não inferior a quarenta mil” (Diodoro, XVII, 63, 1). Foi com estas numerosas forças recrutadas entre as regiões de Megalópolis, Corinto, Argos e Messênia (Diod. XVII, 63, 1), que em 331 a. C. nas proximidades desta primeira cidade, o regente macedônio esmagou a perigosa resistência espartana.

De acordo com Guimarães (2011: p. 144-145), por ser neste tempo uma cidade de poder insignificante, Esparta teria sido entregue aos cuidados militares do regente Antípatro. Contudo, o autor parece ignorar que a distância a qual estava Alexandre (neste período embrenhado na Ásia à cata de Dario III), fazia com que lhe fosse dificultoso retornar à Grécia com celeridade. Blackwell (2005), dirá que mesmo reforços indiretos enviados da Ásia a Antípatro, como dinheiro, só poderiam chegar meses depois de findada a revolta; e se caso Alexandre tentasse um deslocamento direto para o Peloponeso (como Pierre Briant [2012: p. 59] suspeitou que ele pensou em fazer), poderia proporcionar muito tempo para a atuação de Ágis e seus espartanos que, apesar de decadentes em termos políticos, tinham um recente passado bélico com boa

fama, pois vinham de alguns êxitos contra os macedônios no sul da Hélade. Ao mesmo tempo, no flanco leste tal manobra de recuo poria em xeque a continuidade da campanha oriental de Alexandre.

Assim sendo, possivelmente o cenário anterior à batalha de Megalópolis era de apreensão, seja por parte de Antípatro (responsável pela proteção da retaguarda ocidental do seu rei), quanto do próprio Alexandre. E os números militares inimigos, alçados por Ágis e seus apoiadores deixaram mais uma vez evidente que Alexandre e sua ideia de campanha pan-helênica nunca foram uma unanimidade, e que a Grécia anti-Macedônia não era algo insignificante, como “uma guerra de camundongos”²⁷, mas poderia mobilizar até grandes contingentes guerreiros, obrigando o próprio *Hegemon* a ter de pensar na possibilidade de voltar defensivamente ao oeste.

Por outro lado, observando-se os números volumosos de soldados lutando no flanco aliado à Macedônia, (40 mil homens²⁸, número maior que o exército saído da Macedônia em direção à Ásia em 334 a. C., composto por pouco mais que 34 mil cabeças), confirma-se o que foi falado anteriormente sobre a importância que tinha o resguardar a Grécia de revoltas internas a fim de proteger o andamento da campanha alexandrina no leste, e mesmo também para garantir a integridade da Macedônia, cujo poder sobre os gregos não teve uma posição estática, mas antes sofreu alterações ao longo dos anos de ausência de Alexandre.

Com tal, percebe-se que o rei macedônio tinha consciência de que os acontecimentos no hemisfério grego estavam conectados – por reação – aos fatos produzidos no leste (como provaram os próprios êxitos de Memnôn - estratega rodiano à serviço do rei persa – que, com sua empreitada naval de reconquista da costa

²⁷ Cúrcio Rufo, no prefácio do seu livro VI, relata que esta expressão foi dita por Alexandre, para definir o conflito ocorrido em Megalópolis, a onde Ágis e sua revolta pereceram.

²⁸ Badian, segundo relato de Christopher Blackwell, chegou a cogitar que tal exército poderia ter sido composto por mercenários, mas o próprio Blackwell excluiu esta possibilidade, devido ao muito tempo que Antípatro demoraria para organizar tal tropa. Afinal, profissionais da guerra não podiam ser achados em qualquer lugar a qualquer tempo, ainda mais que Alexandre e Dario já haviam, por esta época, contratado muitas levas deles. Por tanto, o regente deve ter tido que contar, ao menos em esmagadora maioria, com as forças dos aliados da Liga de Corinto, além dos seus próprios macedônios, e apenas uma pequena parcela de soldados a soldo. Isto, por sí só, demonstra que as guerras de Alexandre faziam escassear os recursos humanos macedônicos.

anatólica, despertou grandes esperanças nas cidades gregas anti-Macedônia²⁹ e nos espartanos [OSBORNE, 2000: p. 221; BRIANT, 2012: p. 52]). E em sentido contrário, as reações helenas podiam influenciar/comprometer alguns planos da expedição asiática.

A partir de agora será neste ponto, referente à compreensão do impacto que recebeu a medula tático-estratégica do exército alexandrino nas 3 grandes batalhas travadas contra os persas com esta situação política na Grécia, que nos aprofundaremos no próximo capítulo. E, levando-se em conta que o avanço de Alexandre Magno sobre o Império Persa, mais que um fenômeno cultural ou econômico foi um ato militar, se poderá então inferir desde já, que uma influência contextual neste setor deve ter tido uma grande ascendência conformativa não só sobre os combates em si, mas sobre a própria história do andamento da conquista de Alexandre, ao menos nos seus anos iniciais (334-331 a. C.).

²⁹ De acordo com Diodoro (XVII, 31, 3-4), Alexandre, estava observando como Memnôn havia conquistado Chios e as cidades em Lesbos e Mitilene. Ele aprendeu que Memnôn estava planejando “levar a guerra para a Macedônia, com três centenas de navios de guerra e um exército de terra, enquanto a maior parte dos gregos estava pronta para se revoltar. Isto não lhe causou nenhum pouco de ansiedade, mas quando as pessoas vieram com a notícia da morte de Memnon, ele ficou aliviado desse medo [...]”.

3- O IMPACTO FINAL DAS REBELIÕES DO CONTEXTO POLITICO GREGO NA DIMENSÃO TÁTICO-ESTRATÉGICA DO EXÉRCITO ALEXANDRINO EM GRANICO, ISSO E GAUGAMELA

Como se observou no capítulo anterior, a Macedônia sob Felipe II e Alexandre Magno desenvolveu um projeto de unificação forçada da Grécia na fase precedente ao avanço sobre os persas. Isto gerou reações políticas e militares negativas em várias regiões helênicas, mas, sobretudo na área tebano-ateniense e em parte do Peloponeso. Ao chegar o reinado de Alexandre, o domínio macedônio não era uma realidade unanimemente aceita entre os gregos, tanto que Justino afirma que o rei-general teve de deixar “os mais relutantes para trás, até na Macedônia” (II, 5, 3) durante a sua partida para o Oriente. Tratando-se de uma expedição a ser desenvolvida por meio militar, esses “relutantes” (cujo número chegava a dezenas de milhares de indivíduos, e que poderiam não ser confiáveis ou animados para a empreitada a ser feita na Pérsia) seriam em sua gigantesca maioria cidadãos-soldados gregos que compuseram, *a posteriori*, ou boa parte das forças de Antípatro durante a revolta espartana de 331 a. C., ou também parte dos peloponésios que quebraram o juramento de Corinto e se juntaram a Ágis III para lutarem em Megalópolis contra a Macedônia.

Pelo que é possível se verificar até então, não foi só em termos de governabilidade que tal contexto grego cerceou a Alexandre, mas o setor militar também recebeu o seu impacto pelo número de tropas gregas aliadas disponíveis para irem à Ásia com o seu rei-general. Devido a necessidade de deixar forças reservas para efetuar um policiamento preventivo contra revoltas, este tipo de tropa pareceu ter tido um tamanho bem superior (um mínimo de 40 mil guerreiros) do que a das levadas por Alexandre ao Oriente, que segundo Diodoro (XVII, 17, 3) giravam em torno de 7000 infantes.

Estes, por sua vez, além de não terem sido um número grande (mesmo para os padrões da Antiguidade), pareceram não possuir um registro de atuação mais explícita e destacável em qualquer uma das grandes batalhas alexandrinas. Em Gaugamela, por exemplo, eles apenas teriam fornecido a maioria dos homens para a falange de reserva (Arr. *Anab*, III, 12); já nos outros compromissos bélicos não há espaço para eles, sendo apenas mencionados como participantes subsidiários e quase inativos ao longo da campanha, que ficavam normalmente sob o comando de Parmênio ou servindo como futuros colonos-militares nas regiões conquistadas. Por conseguinte, eles também nunca

apareceram na comitiva de Alexandre, conforme relata Bosworth (1988: p. 264)³⁰, para quem os gregos aliados teriam sido secundarizados desta campanha por uma questão de prudência e desconfiança por parte dos chefes macedônios.

Esta “prudência” e “desconfiança” se traduziram na relutância de Alexandre em contar – de maneira absoluta – com homens recentemente vencidos por seu povo em Queronéia, e em conflitos anteriores, para enfrentar os grandes exércitos persas que, ainda por cima, detinham muitos mercenários helênicos à seu serviço. “Era demais [lutarem] parentes contra parentes, e os gregos aliados naturalmente tinham menos estômago para a tarefa do que os macedônios nativos” (BOSWORTH, 1988: p. 264). Neste fato, já podemos ver outro impacto do clima do ambiente político greco-macedônico sobre os níveis tático e operacional do setor bélico da campanha: além de poucos, os aliados não estão em pé de igualdade participativo-funcional.

Assim, graças às resistências, às possíveis desconfianças, e ao zelo defensivo com a retaguarda ocidental, Alexandre teve que enfrentar os persas (notórios por seus exércitos numerosos) nas suas 3 grandes batalhas, com tropas de tamanho muito reduzido e sem grandes perspectivas de poder contar extensa e continuamente com aquela que, das regiões próximas a Macedônia, era a base com mais fartos recursos de militar a serem mobilizados: a Grécia políade.

E agora que entramos no assunto de recursos soldadescos, se faz necessário buscarmos quantificar o numerário do rol de guerreiros que estivera em disponibilidade para servirem Alexandre durante os seus grandes embates campais.

Segundo Heckel (2008: p. 158), se torna difícil determinar um número exato para o total destas forças que os macedônios tinham na primavera de 334 a. C, porque até mesmo os historiadores primários discordaram sobre a quantidade de soldados que Alexandre levou à Ásia. Para se ter uma ideia, de acordo com Anaxímenes de

³⁰ No entanto, devemos ter em conta que a maioria dos autores modernos, no que pende para os relatos militares, se apoiam em Diodoro da Sicília, Plutarco e principalmente Arriano, que por sua vez, beberam, de fontes como Clitarco de Alexandria, Ptolomeu e Aristóbulo, indivíduos que segundo Waldemar Heckel (2008: p. 08), tiveram acesso a entrevistas com testemunhas oculares (muito poucas, com certeza) e aos diários militares e registros da época da campanha, que continham as informações sobre gentílico e numerosidade dos corpos que entravam em combate. Os responsáveis pelos diários de campanha eram, geralmente, escribas ligados a burocracia central macedônica que, apesar de alguns não necessariamente serem macedônios (como era o caso de Calístenes, que na verdade era um historiador da expedição), estavam comprometidos com a propaganda macedônica, propaganda esta que poderia querer visar mais enfaticamente os feitos da “raça” do conquistador. Não obstante, não podemos descartar o histórico tecnicismo dos diários militares, que possivelmente não estivessem mentindo quando colocaram na obscuridade a atuação dos gregos na guerra que, em decorrências das precedentes tensões políticas pré e pós-Queronéia, poderiam estar predestinados a serem taticamente complementares.

Lâmpsaco, havia 43.000 guerreiros de infantaria e 5.500 de cavalaria; já o numerário de Ptolomeu Lago – que o sabemos via Arriano (*Anab*, I, 11) – é de 30.000 de infantaria e 5.000 de cavalaria; e Aristóbulo de Cassandréia dá 30.000 a pé e 4.000 cavaleiros. O único escritor que decompõe os números em contingentes é Diodoro (XVII, 17, 3 - 4), cujo número pode vir diretamente de Clitarco: 32.000 homens de infantaria decomposta em 12.000 Macedônios, os já citados 7.000 aliados gregos, 5.000 mercenários, 7.000 odrísios³¹, e mais 1000 configurado de tribálios, ilírios e agríanes arqueiros; de cavalaria havia 1.800 Macedônios, um número igual de tessálios, mais 600 aliados com 900 em trácios e peones juntos. Plutarco (*Alex*, 15, 1) dá uma variante que vai dos números baixos de Aristóbulo, até os 43.000 de infantaria e 5.000 de cavalaria, tirados possivelmente de Anaxímenes; já Justino repassa um número médio de cerca de 36.500 (32.000 de infantaria e 4.500 de cavalaria) (II, 6, 2).

Com certeza, os números mais altos para o exército como um todo devem incluir as forças que já tinham sido mandadas à Ásia desde a primavera de 336 a. C., quando Felipe II ainda vivia. Polieno (V, 44, 4) fala que eram 10.000 homens sob a chefia de Parmênion e Átalo.

Apesar disso, é possível deduzir vendo os dígitos de cada corpo de armas a cima citados, que a infantaria que saiu da Macedônia em 334 a. C, deve ter se aproximado de 30.000 homens, uma vez que esta arma correspondia a seis vezes o tamanho da cavalaria nos exércitos gregos, o que coloca a força cavalariana numa casa numérica de 4.500 a mais de 5.000 componentes, não obstante Buckley (1996: p. 367) afirme que o tamanho do contingente cavalariano tenha-se revelado quase impossível de se definir pelos estudiosos modernos. Entretanto, é provável que o total somado de soldados com que Alexandre começou sua campanha tenha chegado a uma variação entre 44.000 a 48.500 combatentes.

Não obstante a esta busca pela fixação de uma numerosidade total para as tropas, deve-se ter em conta que ao longo das suas três grandes batalhas, o rei-general levou à campo uma quantidade variante destes números gerais, que ia desde um mínimo como 13.000 infantes e 5.100 cavaleiros, postos em Granico, até os 40.000 de infantaria e

³¹ Veja-se que os odrísios cederam o mesmo número soldadesco que o do préstimo formal advindo dos setores pró-Macedônia da Grécia (excetuando-se os mercenários, que além de provirem de vários lugares não faziam parte da aliança e eram um recurso alternativo frente à escassez numérica de aliados helenos). É válido lembrar que mesmo a Grécia que foi subjugada pelos Árgeadas, deveria ter no seu conjunto geodemográfico, muito mais recursos de militarização à fornecer do que estes povos periféricos, especialmente em termos qualitativos, claro, objetando-se aqui os macedônios e tessálios no seu setor de destaque: a cavalaria.

7.000 de cavalaria levados em Gaugamela (Arr. *Anab*, III, 12). Foi com este mediano, para não dizer reduzido numerário, que Alexandre Magno teve que fazer frente aos persas nestes grandes conflitos, sendo que essa desvantagem podia se tornar ainda maior com as perdas ao longo da campanha, obrigando o rei a pedir constantes reforços para Antípatro e aliados. E mesmo nesses futuros recrutamentos, se viria o continuísmo da animosidade anti-Alexandre imperante entre os helenos.

No inverno de 334-333 a. C., por exemplo, o chefe macedônio enviou os dois *taxiarchos* (chefes de batalhão falangista) Coenos e Meleagro, com Ptolomeu, filho de Seleuco, para trazerem macedônios e reforços da Grécia. Estes homens voltaram a Alexandre em Górdio, por volta de 333 a. C. com 3.000 infantes e 300 cavaleiros (todos macedônios), mais 200 cavaleiros tessálios e 150 eleus (Arr. *Anab*, I, 29). Naquele ano, o rei recebeu mais 15 mil soldados, dos quais 6.000 eram macedônios (Curc. III, 7, 8). Houve outra pequena taxa que foi pedida depois do fim do penoso cerco de Gaza, e que chegou no inverno de 333-332 a. C. (quando Alexandre já estava no Egito), contando com 500 cavaliços (trácios?) e 400 mercenários gregos (Diod. XVII, 49, 1; Arr. *Anab*, III, 5). Em 331 a. C., no mesmo ano em que Antípatro começou a coletar seu exército para enfrentar Agis III, ele teve que enviar ainda mais reforços para Alexandre, sob a liderança de Amintas (Diod. XVII, 49, 1; Curc. IV, 6, 30, VII, 1, 37-40).

Como é possível verificar, através dos números trazidos pelas fontes selecionadas acima, a maioria desses reforços recém-chegados ao *front* oriental (que compuseram um total de 19.550 soldados) era formada por macedônios (cerca de 47,6%), sendo os demais, ou mercenários helenos, ou combatentes oriundos de reinos adjacentes a Macedônia, e só uma parcela restante e não bem identificável era provinda da Grécia políade. Na melhor das hipóteses, esta parcela poderia ter chegado perto dos 40% a 46%, mas, como vimos anteriormente, era destinada na sua maioria para um fim de patrulhamento e colonização militar. Não obstante, nem mesmo com uma funcionalidade secundarizada houveram os gregos se absterido de provocarem – em solo asiático – rebeliões e sedições na figura das suas pequenas lideranças militares durante o tempo que Alexandre guerreava na Índia (326-325 a. C.) – (Diod. XVII, 99, 5-6, XVIII, 7, 1-9; Curc. IX, 7, 1-11).

Esse fato parece embasar a conclusão de Bosworth (1988: p. 264-265), que além de sugerir a ideia de uma não-conquista grega propriamente dita (e mantida) em Alexandre, dá a entender o fato de que não havia nenhuma finalidade ideologicamente pan-helênica no rei e em seus macedônios. O que parece dar escopo a esta elucubração

foi a realidade militar de que sempre se teve mais gregos lutando pelos persas do que pela Macedônia³² (quase 20.000 são atestados no Granico e 30.000 em Isso). Sem dúvidas, isto foi uma vexaminosa estatística para Alexandre, que, com finalidade vetorial-centrífuga, “tentou vender sua propaganda de campanha como uma guerra pan-helênica, lutada para o bem e o orgulho de todos os gregos, contra um inimigo odiado” (SOUZA, HECKEL, LLEWELLYN-JONES, 2004: p. 201).

Solidificando a visão de unilateralidade da expedição alexandrina, Blackwell (2005), dirá que os gregos que haviam concordado em fornecer forças para a “cruzada pan-helênica de Alexandre” até cumpriram com suas obrigações, só que com pouco entusiasmo³³. Tal situação anímica, – reflexo e testemunha comprobatória da continuidade do repúdio e da instabilidade política alimentados por certos setores das elites gregas contrárias a tentativa de dominação macedônica – resultou no fato de que a empresa de invasão e conquista da Pérsia não se tornou uma ação compartilhada igualmente entre as forças aliadas (em menor número e qualidade) e os macedônios.

Uma ideia que podemos apreender sobre o peso colocado nos ombros da mão-de-obra armada macedônica nesta campanha é pela observação do enrijecimento do trâmite de recrutamento alexandrino em sua terra natal. Segundo Cúrcio Rufo (VII, 1, 37-40), quando Amintas foi enviado à cobrar forças macedônicas para os combates de 331, o rei disse-lhe que “[...] muitos jovens não-portadores de deficiência estão escondidos na casa da mãe”, e instruiu-o para recrutá-los à força. Isto sugeriria que em decorrência das limitações já elencadas, Alexandre estava levando seus soldados conterrâneos, que a recém tinham chegado à idade militar (ο véοι), a partir de onde ele pudesse achá-los. Obviamente, isto teria que ser feito no âmbito de certa racionalidade (‘nem muito ao céu, mas nem muito a terra também’), para não se penhorar o excedente do exército de Antípatro, que, antes de ser um arsenal humano de reservas combatentes,

³² Apesar da insistência de Alexandre em declarar que os gregos que lutavam como mercenários para o Grande Rei eram traidores da causa grega, Atenas, Esparta e alguns importantes políticos tebanos sobreviventes, continuaram a encetar negociações com Dario III, enviando-lhe embaixadas. Por conseguinte, o tratamento que Alexandre dava a tais plenipotenciários quando caíam em suas mãos, variava em função da posição e importância política das suas cidades de origem e do progresso da campanha (HECKEL, YARDLEY, 2004: p. 77).

³³ Mesmo no mar, um teatro de guerra em que a frota dos macedônios estava em grande desvantagem numérica, a evidência quantitativa demonstra que os gregos participaram sem grande ânimo. Os atenienses, em particular, parecem ter tido pouco interesse em investir na empreitada oriental. Em 334 a. C., havia 160 navios na frota de Alexandre conforme Diodoro (XVII, 22, 5), não obstante Justino (II, 6, 2) dê um número de 182; destes, apenas 20 eram de Atenas, sendo que a marinha ateniense detinha no total, cerca de 400 navios aptos a operações em cenários de conflito. Mesma quantia gigantesca de vasos náuticos detinha Dario III (CASTRO, 2004: p. 61).

era uma engrenagem importante dentro do objetivo de controle político-militar voltado para a Grécia³⁴.

Agora que já foram vislumbrados os recursos de numerário soldadesco à disposição de Alexandre para os embates contra os Aquemênidas, passaremos para uma breve análise quantitativa das forças persas durante as três grandes batalhas campais focadas neste trabalho.

A Batalha de Granico, realizada em 334 a. C. no Noroeste da Ásia Menor e que recebeu este nome devido ao rio que ficou entre os dois exércitos combatentes, foi a ocasião bélica onde os persas levaram o menor número de tropas à campo. Segundo Diodoro (XVII, 19, 4-5), a cavalaria persa era algo pouco maior do que 10 mil componentes, e a infantaria não seriam inferiores a 100 mil. Já Arriano (*Anab*, I, 14) dá números mais moderados, e de certa forma mais realistas para a historiografia moderna: teriam sido 20 mil cavaleiros e um número menor de infantaria mercenária grega.

Se os números de Arriano forem os mais confiáveis para esta ocasião, então teria sido só em Granico que Alexandre teria (no total) mais soldados que os persas; só que, como descrito à cima (p. 47), ele levou a esta batalha apenas 18.100 homens. Esta inferioridade numérica “forçada” foi decorrente da necessidade tática dos macedônios iniciarem brevemente o ataque, antes que os persas se consolidassem nas suas linhas e apreendessem o plano estratégico traçado por Alexandre (que nos analisaremos *a posteriori*). Por tal rapidez de movimento, nem todos demais batalhões conseguiram formar linha e cruzar o rio com Alexandre (Diod. XVII, 19, 1-3).

Já o tamanho do exército persa sob Dario em Isso (sudeste da Ásia Menor, 333 a. C.), só pode ser estimado, uma vez que os números apresentados por todas as fontes parecem ter dissonâncias um tanto exageradas: seriam 400.000 de infantaria com 100.000 cavaleiros, segundo Diodoro (XVII, 31, 2); ou 600.000 combatentes na *Anabase* de Arriano (embora só um total de 160.000 seja numerado), incluindo 30.000

³⁴ Blackwell (2005), seguindo os números analisados por Badian (1961) para os recrutamentos ordenados por Alexandre após o início da campanha, foi levado à conclusão, de que o rei-general não destruiu completamente a capacidade da Macedônia para fazer a guerra, pelo menos não até 331-330 a. C. Segundo estimativa de Carol Thomas (2007: p. 149), de um número demográfico de 700.000 para a Macedônia de Felipe II, 160.000 a 200.000 seriam de homens adultos capacitados para recrutamento. Entretanto, não podemos esquecer que numa sociedade pré-capitalista sem trabalho especializado, como era o reino natal de Alexandre, o homem jovem era uma mão-de-obra vital para seus pais e comunidade, e assim, passava parte do ano como lavrador ou pastor (HUNT, 2007: p. 109, 138). Logo, esvaziar as lavouras e os rebanhos de grande parte destes braços masculinos, era algo que poderia levar o país à fome, e com a fome vêm as doenças, e com elas a morte em massa, e com essa vêm as revoltas. Portanto, será somente a partir do período das guerras pelo poder entre os sucessores de Alexandre, que subsistiram casos em que Antípatro pareceu ter sofrido uma escassez de mão de obra armada (Pol. IV, 3), mas já se trata de um período para além do limite proposto neste trabalho.

persas cavaleiros, igual quantia de mercenários gregos, e 60.000 *cardaces*, que era um grupo especializado de infantaria pesada (*Anab*, II, 8); ou ainda seriam 310.000 conforme Quinto Cúrcio Rufo (III, 2).

Para a Batalha de Gaugamela (realizada perto da aldeia mesopotâmica do mesmo nome, em Outubro de 331 a. C.), os números postos pelas fontes para o exército persa também sofrem de variações esdrúxulas. Em Arriano (*Anab*, III, 8), só a cavalaria seria de 40.000 componentes, quase do tamanho total das forças alexandrinas; é bem verdade que não se precisa duvidar de todo desse número, pois Rufo (IV, 12, 13), dá dígitos suficientemente próximos para este mesmo corpo (45.000), e além do mais, a cavalaria é uma arma central nos exércitos dos povos iranianos, daí ser trazida a campo em grande proporção. Já a infantaria de Dario, em conformidade com a numeração de Arriano, teria 1.000.000 de soldados; já em Diodoro este tamanho cai para 800.000 infantes com o apoio de 200.000 cavaleiros (XVII, 53, 3); em Cúrcio Rufo os infantes são, aparentemente, de uma proporção mais realista, com 200.000 homens a pé (IV, 12, 13). Todavia, depois de Rufo, Justino tornou a dar enfoque sobre os grande números, e chegou a uma cifra de 400.000 infantes com 100.000 cavalarianos (XI, 12, 5).

Embora a análise da confiabilidade destes dígitos possa causar uma dor de cabeça no historiador militar contemporâneo, sua precisão não se faz tão necessária por dois motivos maiores: primeiro porque no que diz respeito ao grosso da infantaria persa (que era o corpo de maior volume), todas as fontes dão a entender que ela desempenhou um papel insignificante nas batalhas graças, sobretudo, a rapidez da ação tático-estratégica realizada por Alexandre e também pela centralidade funcional dada à cavalaria persa e suas bigas (o que delegou aos infantes o posicionamento para trás da linha frontal). Só por esse ponto já temos umas dezenas e mais dezenas (quicá centenas) de milhares de combatentes excluídos de uma atividade mais direta nos confrontos. E como segundo e mais importante motivo, temos o fato de que mesmo pegando os menores números persas oferecidos pelas fontes clássicas (Rufo), tudo continuará a indicar a soberba desvantagem quantitativa das forças alexandrinas nestes combates, agravada ainda mais pelos já elencados problemas de domínio político na Grécia, que impediam Alexandre de trazer mais tropas aliadas ao Oriente numa quantia suficiente para contornar essa desfavorável situação.

Portanto, foi dentro desse adverso contexto de batalha, com limitação de tropas e cercado por numerosos inimigos – que pelo seu tamanho poderiam numa refrega em campo aberto facilmente flanquear o exército macedônico, num alusivo movimento de

pinça (cercando-o e destruindo-o em poucas horas de combate) –, que Alexandre Magno precisaria desenvolver como *estratégia-padrão* um ataque veloz e objetivo, utilizando-se fundamentalmente daquilo que ele sabia que suas forças tinham de melhor: poder de contenção sobre massas atacantes (com a falange) e capacidade de utilizar uma combinação de corpos (infantes e cavalaria) para desferir o ataque principal numa zona nefrágica da linha frontal persa, aonde uma vez feita a ferida dificilmente Dario ou seus comandantes poderiam se recompor. E após definir-se essa estratégia-padrão, se fez fundamental a padronização de um plano tático que estivesse configurado dentro da finalidade estratégica proposta.

A partir de agora, então, será sobre esse plano tático e a estratégia-padrão que nele se apoiou que iremos dissertar. Mas antes se faz necessário conceituar o que é “estratégia”³⁵ e “tática” no mundo de alguns dos principais historiadores de militar.

André Beaufre (1965), em sua definição de estratégia, foca a atenção na interação entre os beligerantes: “a arte da dialética de duas vontades opostas, utilizando a força para resolver o seu diferendo” (apud. LONSDALE, 2007: p. 06). Da mesma forma, a estratégia é definida por Carl von Clausewitz (1996: p. 171) como “o emprego de acordos para atingir a finalidade da guerra”. Colin S. Gray (2006) define estratégia como “[...] o uso que é feito da força e da ameaça da força com fins políticos” (apud. LONSDALE, 2007: p. 06). Em suma, podemos dizer que entre Clausewitz, Gray e Beaufre, há em comum o fato de eles descreverem a estratégia como uma arte que usa a força militar de maneira coordenada à concretização dos objetivos da política externa ofensiva. Essa característica faz com que a natureza da estratégia seja perene, pois independentemente de tempo ou lugar, ela continuará a ser uma atividade violenta e competitiva, porém, com certeza não-linear, pois precisa se adaptar aos contornos (às vezes) instáveis das manobras e finalidades da política.

Dá mesma forma que acontece com a estratégia, a *tática* apresenta várias conceituações, mas a melhor definição, que vai ao encontro do objetivo deste trabalho, é de David Lonsdale (2007: p. 07- 08). Para ele,

Táticas simplesmente referem-se às ações sobre o campo de batalha diante do inimigo. Então, por exemplo, as táticas preocupam-se em como as forças serão implantadas, como atacarão o inimigo e como as várias unidades vão interagir com a outra. Neste sentido, tática é muito mais sobre os detalhes do combate. Cada

³⁵ Em se tratando de “estratégia”, é importante esclarecer antecipadamente, que para o caso deste trabalho, se faz referência a estratégia à nível exclusivamente de combate, e não a uma macro-estratégia voltada para o norteamo da campanha como um todo.

batalha, ou cada contato com o inimigo representa um evento tático, que ocorre em um lugar e tempo distintos. As ações efetuadas no nível tático devem estar em conformidade com os objetivos desejados nos maiores níveis da estratégia.

Aplicando esta definição para o contexto focado nesta pesquisa, ficará entendido que “tática” nada mais foi senão a maneira como Alexandre buscou dispor os seus batalhões na linha de batalha, levando em conta que os movimentos deles deveriam estar em acordo com a ideia estratégica mais ampla; sendo esta por sua vez, produto da ação reativa do rei-general a um contexto com circunstâncias negativamente bifrontais: ocorridas tanto pela superioridade numérica dos persas, quanto – e nesse caso principalmente – pelas próprias limitações de forças do lado greco-macedônio.

Assim, se estrategicamente Alexandre Magno foi induzido a adotar um padrão, então, obrigatoriamente na dimensão tática teria que haver uma configuração definida. Com base nisso, à exceção de pontuais variações, as principais fontes que versam sobre este aspecto do panorama militar alexandrino, descrevem que o exército era postado da seguinte forma (da direita para a esquerda): em primeiro lugar vinham os “companheiros” (*hetairoi*) da cavalaria real, estacionados na ala da extrema-direita, sendo dirigidos pelo próprio Alexandre. Ao seu redor estavam a cavalaria auxiliar dos peones e os arqueiros agríades; mais ao lado esquerdo vinham os três batalhões de *hipaspistas* (espécie de guarda real de infantaria leve); os seis batalhões da falange ocupavam o centro; e a esquerda da linha era completada pela cavalaria aliada grega (uma mistura de peloponésios combinados com cavaleiros aqueus, de Malis, além de lócridos e fócios), estacionada ao lado da falange, com a cavalaria tessália na sua extrema-esquerda; por fim vinham os arqueiros cretenses, os mercenários da Acaia na frente, e uma guarda de cavalaria complementar que normalmente fechava o flanco na extrema-esquerda. Por trás dessas forças, Alexandre colocava uma segunda linha de infantaria de falange composta de mercenários gregos, ilírios e trácios (Diod. XVII, 19, 6; XVII, 33, 1-2; XVII, 57, 1-4; Arr. *Anab*, II, 8; III, 11).

Com este quadro tático estabelecido em uma linha frontal longa, composta de forças variadas, e com a estratégia-padrão de ataque rápido necessariamente adotada para os grandes combates, fica subentendido que Alexandre organizou suas forças de forma a evitar ser flanqueado³⁶, e concentrou a responsabilidade pelo desferimento do

³⁶ O que entre outras atitudes, consistia em fazer com que a fachada das forças macedônias acompanhasse a linha frontal do adversário. Isto foi uma constante em Alexandre desde o Granico, a onde só a linha de cavalaria persa (que havia sido posta na frente do exército, pelos sátrapas) tinha 1,5 milha (equivalente a

ataque principal que daria o *xequê mate* na linha persa, ao setor direito macedônico, pois era neste ponto onde estavam concentradas as forças mais velozes (hipaspistas e cavaleiros auxiliares) e nobres (cavalaria real) do exército, lideradas de perto pelo seu rei³⁷.

À ala esquerda macedônica, que estava sob o comando de Parmênio, coube um papel defensivo (LONSDALE, 2007: p. 108) que às vezes a deixou numa situação de desvantagem, pois em certas circunstâncias ela tendeu a encarar um grande peso da potente cavalaria persa e suas bigas de foices (Diod. XVII, 58, 2–5). Foi só a partir da Batalha de Isso que este setor recebeu o reforço adicional da cavalaria tessália, pois, quando Alexandre se aproximava do rio Pinarus, e viu a formação final de batalha de Dario III, ele teve de fazer algumas mudanças-chave na sua linha frontal. Depressa se apercebeu que tinha de reforçar sua asa esquerda, desde que a maior parte da cavalaria persa tinha sido elaborada à direita do Grande Rei, junto ao mar, e sozinha, a cavalaria grega possivelmente não daria conta dela. Portanto, ele removeu os tessálios da direita macedônica (até então, seu lugar tradicional) e os transferiu para a esquerda (Arr. *Anab*, II, 8).

Sem dúvidas, colocar os qualificados cavaleiros tessálios na esquerda, demonstra como a questão da limitação numérica de forças aliadas gregas neste flanco influenciava, mesmo nas preliminares de um grande conflito, a uma mudança tática brusca³⁸. Instigava Alexandre a também não se descuidar deste setor, que, embora

mais de 2 KM de extensão) (FERRIL, 1997: p. 195). O grande problema era que nesta busca por equivalência frontal, os macedônios poderiam perder profundidade e capacidade de contensão, o que era algo perigosíssimo se tratando de enfrentar um inimigo numericamente maciço como os persas; logo, a tendência era manter a linha baseada na falange central, para que ela ficasse sempre compacta e retangular (LONSDALE, 2007: p. 129).

³⁷ É importante sublinhar, que esta nobiliarquidade da ala direita, bem como sua finalidade cabal de combate, não foi uma inovação macedônica, mas segundo Arther Ferril (1997: p. 104), desde a época da guerra arcaica grega (séc. X-VII a. C.), “[...] presumivelmente as melhores tropas foram quase sempre colocadas na ala direita, enfrentando as tropas menos qualificadas do inimigo à esquerda [...]”. Assim, havia avanços simultâneos das asas direitas dos dois exércitos, “e o impulso final para a vitória não poderia ter vindo até que a ala esquerda de um exército envolvesse bem o inimigo, enquanto sua própria ala direita avançava”. Mas, até o final do período arcaico o choque frontal seguiu sendo a regra (WHEELER, 2007: p. 188). Só depois, mais perto da época da Guerra do Peloponeso, é que os espartanos irão começar a executar, inovadoramente, uma manobra de flanco sobre a sua direita (FERRIL, 1997: p. 104).

³⁸ Talvez, a presença tessália na esquerda, também ajude a explicar a pouca atividade relatada nas fontes sobre a cavalaria grega aliada, uma vez que os tessálios são considerados uma das melhores cavalaria da Hélade (ao lado dos macedônios) pela sua bravura e habilidades (Diod. XVII, 33, 2). É bem verdade, que Arriano fornece pouco registro dos combates na ala esquerda macedônica, basicamente se resumindo ao momento em que Alexandre vai socorrer a sitiada esquerda de Parmênio, que também recebeu um valoroso apoio dos tessálios (*Anab*, III, 15); já Cúrcio Rufo dá um relato geral confuso. No entanto, não podemos descartar que nas linhas dos diários militares da campanha alexandrina, houvesse uma intenção

tivesse sido a ala mais aparentemente secundária e vulnerável durante as grandes batalhas, tinha uma função de contenção complementar ao lado das forças do centro, e se por tal fosse vencida, exporia o flanco e a retaguarda destas últimas ao ataque inimigo, o que tiraria a coesão da falange, a principal arma alexandrina dentro deste esquema tático-estratégico montado.

Após já termos exposto o padrão da disposição tática alexandrina, estamos preparados para nos aprofundarmos definitivamente no funcionamento e movimentação dos vários batalhões de armas dentro do plano estratégico traçado. Antes, no entanto, deve-se esclarecer que não é objetivo aqui renarrar pontualmente as 3 grandes batalhas, mas apenas explicar em perspectiva mais geral a aplicação e desenvoltura da estratégia-padrão que foi subjacente às forças macedônicas nestes embates.

Como relacionado acima, Alexandre Magno possuía um exército de armas diversas combinadas para desferir um ataque objetivo no centro de gravidade operacional do exército persa – local de comando e articulação das forças aquemênidas, normalmente localizado no centro da primeira linha ou entre esta e a segunda linha –, personalizado ou nas figuras de sátrapas e generais (como em Granico), ou no próprio Grande Rei (caso de Isso e Gaugamela). Todas as principais fontes demonstraram que um golpe bem aplicado neste lugar foi fundamental para a obtenção de uma vitória conclusiva, pois, a aproximação da cavalaria de Alexandre neste ponto desbaratava aos chefes persas, os pondo em fuga para salvarem suas próprias vidas, ao que eram logo seguidos pelo resto das suas forças, mesmo as que do outro lado do *front*, na sua ala direita, estavam triunfando sobre a esquerda macedônica (Diod. XVII, 58, 2–5; XVII, 59, 5–8).

Sempre é importante esclarecer, que não obstante fosse a cavalaria dos “companheiros” a desferidora do “golpe de misericórdia”, ela não chegava ao ponto objetivado sozinha. Primeiro era preciso descourçar o centro persa, atraindo para o combate a linha que o blindava na frente (que normalmente era composta de uma junção de nobres cavaleiros persas com mercenários gregos, e às vezes arqueiros [Arr. *Anab*, II, 8; II, 10] ou até mesmo – como em Gaugamela – bigas de foices). Seguidamente, esta primeira linha central entrava em movimento assim que via o avanço de Alexandre com seus infantas leves e cavaleiros auxiliares. Entretanto, com a guinada à direita que o rei

de pender mais para os atos realizados pela etnia macedônica, e mais especificamente, pelos nobres e seu rei que estavam na direita das forças.

e os “companheiros” davam, a contenção destes primeiros grupos inimigos ficava a cargo da falange. Este corpo de combate, composto de 12 a 16 mil homens munidos de lanças que podiam alcançar até 6 metros, era uma espécie de infantaria pesada adaptada ao choque frontal com grandes massas de guerreiros (CASTRO, 2004: p. 63-64).

Contra esta arma, Dario III tentou usar, em Gaugamela, bigas com foices, destinadas a perturbar, com seus ataques de velocidade máxima, a coesão falangista e os esquadrões cavalarianos que vinham da direita macedônica para atacar a sua posição central. Após conseguir isso, a fórmula para o êxito final do rei persa seria eliminar as cavalarias tessália e grega, e então flanquear com a grandeza dos seus números as duas asas macedônicas, ao que se esmagaria o centro e a retaguarda da linha alexandrina (BUCKLEY, 1996: p. 380; LONSDALE, 2007: p. 129). Igualmente se observarmos certo trecho de Cúrcio Rufo sobre este evento (III, 11, 1), veremos que sem necessariamente perceber, o Grande Rei estava quase imitando a tática de Alexandre ao usar sua cavalaria à direita para destroçar a ala esquerda da Macedônia e então atacar a falange no flanco e retaguarda. Só que, enquanto a mente do rei persa se enchia desta esperança, a cunha de cavalaria real alexandrina avançava, tal como em Granico e Isso, rumo a um centro persa desprotegido. Dario III até poderia enviar mais alguns lotes de cavaleiros, mas, tal como nas refregas de dantes, logo eles seriam interceptados pelos *hipaspistas* que guarneciam o flanco esquerdo dos companheiros³⁹, e estes últimos, enfim desembaraçados de quaisquer riscos, poderiam cavalgar com ímpeto alucinante rumo ao Grande Rei, obrigando-o a fugir para não entregar ali mesmo, junto com a sua vida, o seu continental império.

Arther Ferril (1997: p. 188), denominou esta prática estratégica alexandrina de coordenar ataques de cavalaria com o apoio da infantaria, como “uso genuíno de martelo e bigorna táticos”. Nesta figura de linguagem, a infantaria (contando a falange) seria a “bigorna” que fixava o centro inimigo numa posição adequada para que a cavalaria viesse como o “martelo”, golpeando terminalmente a cabeça do exército Aquemênida. Cavalaria esta que, neste contexto de batalha alexandrina, teria pela primeira vez na história grega, substituído a infantaria no papel ofensivo crucial (CAMPBELL, 2004: p. 05; HUNT, 2007: p. 140).

³⁹ Para Terry Buckley (1996: p. 379-380), em Gaugamela, Dario fez um erro fatal contra a sua própria segurança, quando enviou a cavalaria persa para levar ajuda aqueles que estavam circundando a ala direita de Alexandre, pois em certa medida, ele quebrou ainda mais a sua própria linha frontal de batalha. O rei macedônio, que tinha uma facilidade em ler rapidamente a configuração tática das batalhas, tendo visto o vácuo feito na frente do centro persa, aproveitou para avançar numa cunha de cavalaria com um esquadrão de falange à sua esquerda, contra Dario em pessoa.

Sem muito à questionar, este novo *status* estratégico-operacional da cavalaria, com certeza foi ainda mais reforçado pela nova dimensão dos obstáculos beligerantes encontrados ao longo desta expedição, sobretudo neste contexto de desvantagem numérica no qual Alexandre foi inserido, em que o combate em terreno plano exigia agilidade nas manobras e nos ataques de ultimato⁴⁰, condição que só poderia ser preenchida por um corpo combatente da natureza da cavalaria.

Entretanto, a tudo isto que foi dissertado acima no tocante a estes elementos intrínsecos da militaridade alexandrina, e ao fato de jamais se poder negar que o exército macedônico foi, antes de qualquer outro fato, produto final de um contexto de transformação técnica do século IV a. C. (onde a compreensão da estratégia crescia junto a uma tendência geral em direção a profissionalização do comando da guerra e à importância crescente da engenharia militar e da logística complexa [ROTH, 2007: p. 369]), mais do que analisar a tática pela tática, ou a estratégia pela estratégia, o que se objetivou neste capítulo foi demonstrar como estes aspectos da engenharia da guerra oriental de Alexandre – que pareciam algo tão mecânico –, podiam ser igualmente influenciáveis em seus direcionamentos finais, por um precedente tão instável e aparentemente distante como foi o contexto político grego (principalmente o de 336-335 a. C) a onde estava inicialmente inserida a política de dominação macedônica.

Sem dúvidas, no nascente cenário bélico helenístico de Alexandre Magno, tratar a conformação/aplicação final da tática e da estratégia como produto exclusivo da vontade de um comandante e independente de qualquer influência precedente do entorno político, é, – a não ser por escolha metodológica – um equívoco, até porque o direcionamento tático-estratégico já vinha, desde há algum tempo, se tornando cada vez mais ajustado aos interesses mais amplos da política de dominação das grandes potências helenas (KRENTZ, 2007: p. 185). Basta ver como espartanos, tebanos e depois os próprios macedônios transformaram os seus setores técnico, tático e de organização dos combates para atender a expansão (coerciva) da sua esfera governativa sobre os povos vizinhos.

Como contrapartida a essa articulação, deveria ser esperado – para o caso da Macedônia especialmente – que numa campanha futura, em que se exigisse da parte das

⁴⁰ Corroborando para tal, Everett L. Wheeler (2007: p. 185), dirá que a partir do século IV a. C., a “Diversidade do terreno [a onde se começou a lutar] favoreceu a uma nova ênfase na cavalaria e infantaria ligeiras. [e a] Coordenação dos diferentes tipos de contingentes armados fez as batalhas mais complexas do que colisões de falanges”, que haviam imperado como *práxis* bélica até o início do século anterior. E conseqüentemente, essa nova diversificação dos terrenos, tem haver com a expansão dos horizontes da política externa grega (notadamente os de espartanos e macedônios).

póveis subjugadas um empório de recursos pedestáuticos a cima da média da guerra grega de então, a elaboração e a aplicação do plano tático-estratégico do *Hegemon* ficariam mais vulneráveis a certo grau de interferência advinda, colateralmente, das ações politico-militares contra-hegemônicas feitas – de maneira comitiva ou omitiva – por esses povos subjugados, que, como no caso do contexto de 336-335 a. C, não aceitavam muito bem, entre outras tantas situações, a decisão de serem utilizados por outrem, como trampolim para fornecimento de recursos soldadescos às conquistas da elite macedônica.

Com isso, se torna acertivo dizer que, dentro desde novo quadro da história politico-militar helênica, não bastava a pessoa do *Hegemon* ser bem sucedida apenas no nível da utilização dos meios de coerção da força bélica, ele igualmente tinha que compreender os objectivos e impactos da política de expansão/ocupação – em um dado contexto – na longa duração, porque essa “espécie” do poder havia se tornado um campo capaz de influenciar – mesmo negativamente – os métodos a serem utilizados durante as campanhas futuras. Em Felipe II, pai de Alexandre Magno, temos um exemplo de comandante que não só soube se enquadrar bem neste contexto como também lhe foi um ícone, podendo ser inclusive rotulado como uma espécie de “militar científico”, ou seja, que soube utilizar a guerra na medida certa dos seus interesses de dominação política externa, sem se levar por certas emoções megalomânicas comprometedoras, em termos administrativos, da relação como os povos subjugados.

Dessa forma, como bem refletiu David J. Lonsdale (2007: p. 02):

[...] um ato [...], apesar de militarmente bem-sucedido no curto prazo, pode vir a danificar as perspectivas de consecução dos objetivos políticos amplos no longo prazo. No final, o que deve orientar as ações do estrategista é a realização do objetivo da política; é o que deve ditar como usar a força.

Se por um lado, Felipe II buscou andar sempre que possível dentro desta máxima, na carreira de seu filho Alexandre houve um ponto em que esse norteamento de Lonsdale (que é embasado em Clausewitz) não foi aplicado: o cerco e destruição de Tebas.

Como analisado na subseção inicial do capítulo precedente, não obstante ao fato de a punição aos tebanos ter tido um impacto propagandístico que foi amplamente bem sucedido, uma vez que num curto espaço de tempo provocou a desistência de rebelião

em certa quantia de povos gregos, em longo prazo esta atitude apenas sedimentou a sensação (entre os peloponésios, especialmente) da existência de uma tirania política a qual estava submetida a Grécia pela Macedônia. Isto gerou, por um lado, futuras rebeliões político-militares (como a de Ágis III e a de Atenas, em 323 a. C., postumamente ao falecimento de Alexandre Magno), e por outro a pouca sensibilização de certas elites gregas para com a causa da campanha contra Dario III, o que teria ocasionado a rasa possibilidade de Alexandre poder contar com mais reforços em tropas e navios vindos da Grécia.

É claro que não podemos imaginar o quanto de forças aliadas Alexandre desejaria ter consigo no Oriente, mas o certo é que devido à natureza da empreitada a ser feita na Ásia, o seu exército necessitava ser bem mais encorpado do que foi o de seu pai. Ele até poderia não querer levar todos os aliados disponíveis nas reservas de Antípatro, por uma questão de segurança (da retaguarda) e logística, só que, tratando-se da conquista de um império gigantesco como era o persa, certamente ele desejaria levar o máximo de soldados possível, o que, se feito, teria possibilitado mais variabilidade de desenhos tático e performances estratégicas, dentro de uma maior diversidade de campos de combate, porque, com mais recursos soldadescos em mãos, Alexandre poderia ter se lançado menos em combates campais de grande risco e escala para desenvolver por mais tempo uma estratégia de estrangulação dos centros nervosos Aquemênidas, fazendo isso por outros meios que já lhe eram familiares (como sítios de fortins e cidades, obstrução de estradas reais, pressão político-militar e econômica sobre centros persas de abastecimento e inteligência).

Portanto, não há como se deixar de notar – no bojo da expansão macedônica – uma certa centralidade ao impacto advindo dos números de efetivos (ou da falta de alguns deles), afinal isso tocava o núcleo da engrenagem bélica da campanha alexandrina, e os seguidos pedidos de reforço enviados a Antípatro bem como os recrutamentos forçados na Macedônia confirmam tal facticidade, e desmancham – pelo menos até esta altura das evidências – qualquer argumento em contrário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A respeito dos resultados alcançados ao longo desta pesquisa e das reflexões desenvolvidas nas linhas precedentes, o presente Trabalho de Conclusão de Curso teve como finalidade a busca por entender de que maneira a situação agitadamente anti-macedônica do contexto político grego pós-Felipe II, se tornou capaz de orientar – via a limitação ocorrida no numerário soldadesco de gregos aliados e à necessidade de forças de policiamento – a ação e configuração tático-estratégicas do exército alexandrino em Granico, Isso e Gaugamela para além do desígnio absolutamente individual deste rei-general.

Antecedendo o exame dos aspectos do universo militar, nos foi forçoso deslindar o olhar sobre o mundo político grego dos anos 336-331 a. C., a onde ficou demonstrado pelo ocorrimto das revoltas anti-Macedônia deste lapso de tempo, que, mesmo divididas, as pólis gregas não deixaram de estarem reativas à interferência político-militar de Alexandre. Isso pôs em terra qualquer ideia de uma Grécia que teria ido totalmente unida (ou de boa vontade) após seu *Hegemon*, para combater um inimigo em comum no estrangeiro. Ao contrário, a realidade de interesses políticos dos helenos foi muito mais dinâmica, e exigiu certa atenção diplomática e (especialmente) precaução militar do conquistador macedônio, que como visto no périplo deste trabalho, acabou sendo cerceado por esta realidade contextual até em planejamentos direcionados ao que poderíamos chamar de “núcleo” ou “medula” da engrenagem bélica da conquista.

Assim, é somente após esta análise do agitado panorama heleno – a qual foi guiada por uma óptica interpretativa estabelecida para além da crença voluntarista – que nos foi possível identificar uma causa ambiental para a formação adquirida por este núcleo da engrenagem bélica macedônica, que foi aqui concebido como a soma da disposição tática das tropas com o movimento estrategicamente orientado dos batalhões, tendo por finalidade o contorno dos obstáculos inerentes à natureza dos três grandes combates travados na Ásia contra os persas.

Com isto posto, podemos nos certificar de que este núcleo tático-estratégico foi parte inalienável da dimensão “conquista”, e assim sendo, a configuração final que veio a lhe calhar – influenciada pela redução dos efetivos disponíveis, consequência da situação político-militar grega –, para além de uma mudança apenas setorizada na performance das batalhas, instigou, subterraneamente, a toda uma caracterização do

processo de conquista (ao menos até o ano de 331 a. C.)⁴¹, pois foi esse desenho tático-estratégico voltado para um ataque mais objetivo e que buscava obter a vitória o mais rápido possível nos conflitos-chave, um dos motes que ajudou na acumulação célere de êxitos fundamentais à velocidade do avanço territorial e, conseqüentemente, ao abreviamento da concretização da conquista de uma maneira mais geral, permitindo aos macedônios triunfar nos primeiros 5 anos de expedição sobre um império que tinha mais de 200 anos de existência – e que os Aquemênidas levaram de 65 anos a quase um século para construir, territorialmente falando.

É claro que este é um horizonte de análise já para além dos limites temporais e objetivos estabelecidos para este trabalho, que iniciou a sua dissertação no ano do assassinato de Felipe II e a concluiu por volta de Outubro de 331 a. C., em meio a poeira e a carnificina da batalha final na planície de Gaugamela. Ao analisarmos os fatos ocorridos neste interim sob um prisma causal que foi, sobretudo político, ficamos cientes de que possíveis influências colaterais advindas, por exemplo, da demografia e das subjetividades da experiência militar greco-macedônica, foram analiticamente preteridas ou secundarizadas, mas, tal não foi feito por negligência, senão por uma (ainda existente) falta de evidências em escala serial satisfatória sobre tais áreas. Hoje só nos é permite lidar com dados muito esparsos ou cronologicamente incongruentes.

Apesar desse compactado recorte temático-cronológico aqui proposto, concluímos que foi possível demonstrar como uma leitura atenta – e de prisma não-personalista – dos acontecimentos ocorridos nas bordas da esfera de influência de Alexandre Magno, pode nós levar a novas compreensões sobre a sua posição governativa (na Grécia) e sobre a parte mais medular da anatomia das suas ações militares (na Ásia); bem como a entender a relação existente entre estes dois pólos – o político e o bélico –, o que nos ajudará a avançar ainda mais no rumo de uma visão acurada das estruturas sob as quais se assentou o reinado alexandrino, e sobre as limitações (ou orientações) as quais se sujeitou a sua carreira expedicionária oriental. Assim, com este panorama em mente, passaremos a observar muito das atitudes governamentais e bélicas de Alexandre, sob a égide de um quadro político-militar que tem delineamentos de natureza mais contextualmente determinados do que de instigação apenas pessoal, mas que não deixa de ter ao mesmo tempo, uma moldura a onde fato/influência contextual e ação individual coabitam e se interpenetram.

⁴¹ Após este ano inicia-se a mudança na configuração do exército (miscigenação com elementos asiáticos) e das batalhas de Alexandre Magno (resumidas em sua maioria numa guerra de escaramuças contra forças irregulares).

REFERÊNCIAS

Literatura Clássica:

DEMÓSTENES. *Oraciones Escogidas*. Trad. de Arcadio Roda. Madrid: J. M. Pérez, 1872.

DIODORUS SICULUS. *Library of History*. Ed. and Trans. by C.H. Oldfather (vol. 2); C. Bradford Welles (vol. 8). London: Loeb Classical Library, 1941.

LÚCIUS FLÁVIUS ARRIANUS. *Anabásis de Alejandro Magno*. Trad. Alura Gonz e Ignácio Valentim Nachimowicz. S/cid.: A. D. Duarte Sanchez Editora, 2013.

MARCUS JUNIANUS JUSTINUS. *Epitome of the Philippic History of Pompeius Trogus*.

Translated, with notes, by the Rev. John Selby Watson. London: Henry G. Bohn, 1853.

POLYAENUS: *Stratagems*. Trans. by R. Shepherd. London: Ares Publishers, 1793.

PLUTARCO. *Vidas paralelas: Alexandre e César*. Trad. de Júlia da Rosa Simões. Porto Alegre: LP & M, 2011.

QUINTUS CURTIUS RUFUS. *Life of Alexander the Great*. Trans. by Theodor Vogel. London: Teubner, 1880.

Referências Gerais:

BALOT, Ryan. *Greek Political Thought*. Malden/Oxford/Carlton: Blackwell Publishing, 2006.

BLACKWELL, Christopher W. "Athens and Macedonia in the Absence of Alexander". In: *Demos: Classical Democracy Athenians*, 1 de Julho de 2005, (não paginado).

Disponível em: <http://www.stoa.org/projects/demos/article_alexander?page=2&greekEncoding=> Acesso em: 06/07/2015.

BOSWORTH, B. *Conquest and Empire: The Reign of Alexander the Great*. New York: Cambridge University Press, 1988.

BRIANT, Pierre. *Alejandro Magno*. Traducción del francés por Cristina Gutiérrez Iglesias. Madrid: Biblioteca Nueva, 2012.

BUCKLEY, Terry. *Aspects of Greek History (750–323 BC)*. London/New York: Routledge, 1996.

CAMPBELL, Brian. *Greek and Roman military writers: Selected Readings*. London/New York: Routledge, 2004.

CASTRO, Paulo de. *Alexandre, O Grande*. São Paulo: Editora Três, 2004.

CLAUSEWITZ, Claus von. *Da Guerra (1832-1834)*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CROISSET, Alfred. *Histoire de la Littérature Grecque*. Paris: E de Brocard, 1899.

CROZALS, J. *Plutarque*. Paris: Lecène et Oudin, 1889.

EHRENBERG, Victor. *The Greek State*. Oxford: Basil Blackwell and Mott LTD, 1960.

- FERRILL, Arther. *The origins of war: from the Stone Age to Alexander the Great*. Boulder: Westview Press, 1997.
- FINLEY, Moses I. *História Antiga. Testemunhos e Modelos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- GABRIELSEN, Vicent. "Warfare and the State". In: SABIN, Philip; WEES, Hans Van; WHITBY, Michael (Ed.). *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare* (vol. I). Cambridge: University Press. 2007.
- GRANT, Michael. *Greek and roman historians: Information and Misinformation*. London/New York: Routledge, 1995.
- GUIMARÃES; Hiltom Catanzaro. *O Imperialismo na Cultura Clássica*. Bauru: Edipro, 2011.
- HALL, Jonathan M. "International Relations". In: SABIN, Philip; WEES, Hans Van; WHITBY, Michael (Ed.). *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare* (vol. I). Cambridge: University Press. 2007.
- HAMILTON, J. R. *Plutarch: Alexander, a Commentary*. Oxford: Clarendon Press, 1969.
- HANSEN, Mogens Herman. *Polis: An Introduction to the Ancient Greek City-State*. New York: Oxford University Press, 2006.
- HECKEL, W.; YARDLEY, J. C. *Alexander the Great: Historical Texts in Translation*. Oxford/Carlton: Blackwell Publishing, 2004.
- HECKEL, Waldemar. *The Conquests of Alexander the Great*. Cambridge: University Press, 2008.
- HOWARD, M. W. *The influence of Plutarch in the Major European Literatures of the Eighteenth Century*. Chapel Hill: North Carolina Press, 1970.
- HUNT, Peter. "Military Forces". In: SABIN, Philip; WEES, Hans Van; WHITBY, Michael (Ed.). *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare* (vol. I). Cambridge: University Press. 2007.
- KRENTZ, Peter. "War". In: SABIN, Philip; WEES, Hans Van; WHITBY, Michael (Ed.). *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare* (vol. I). Cambridge: University Press. 2007.
- LONSDALE, David J. *Alexander the Great: Lessons in Strategy*. London/New York: Routledge, 2007.
- MAHECHA, Jaime Alberto Palacios. "Las cartas en la Historia de Alejandro Magno de Quinto Curcio Rufo como elementó literario de la crítica política". *Revista Literatura: teoría, historia, crítica*, Bogotá, n.º 10, pp. 255-302, 2009.
- Disponível em: <<http://www.bdigital.unal.edu.co/16617/1/11542-28508-1-PB.pdf>>. Acesso em: 23/02/2015.
- MOSSMAN, J. "Plutarch, Pyrrhus, and Alexander". In: STADTER, P. A. (Ed.). *Plutarch and the Historical Tradition*. London/New York: Routledge, 1992.
- OSBORNE, Robin. "The fourth century: political and military narrative". In: OSBORNE, Robin (Ed.). *The Short Oxford History of Europe: Classical Greece*. Oxford: University Press, 2000.
- PAINE, Mike. *Ancient-Greek*. Herts: Pocket Essentials, 2007.

PELLING, C. B. R. "Plutarch and Thucydides". In: STADTER, P. A. (Ed.). *Plutarch and the Historical Tradition*. London/New York: Routledge, 1992.

ROTH, Jonathan P. "War". In: SABIN, Philip; WEES, Hans Van; WHITBY, Michael (Ed.). *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare* (vol. I). Cambridge: University Press, 2007.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *Plutarco Historiador*. São Paulo: Edusp, 2006.

SILVA, Maria de Fátima. "Alexandre da Macedônia: um paradigma de excelência". *Revista Imagens da Educação, Coimbra*, v. 2, nº 3, pp. 1-10, 2012.

Disponível em:

<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/download/18716/9899>.

Acesso em: 23/02/2015.

SOUZA, Philip de; HECKEL, Waldemar; LLEWELLYN-JONES, Lloyd. *The Greeks at war from Athens to Alexander*. Oxford: Osprey Publishing, 2004.

STONEMAN, Richard. *Alexander the Great*. London/New York: Routledge, 1997.

THOMAS, Carol G. *Alexander the Great in his World*. Oxford/Carlton: Blackwell Publishing, 2007.

WHEELER, Everett L. "Land battles". In: SABIN, Philip; WEES, Hans Van; WHITBY, Michael (Ed.). *The Cambridge History of Greek and Roman Warfare* (vol. I). Cambridge: University Press, 2007.

ZAMBRINI, Andrea. "The Historians of Alexander the Great". In: MARINCOLA, John (Ed.). *A companion to Greek and roman historiography* (vol. I). Oxford/Carlton: Blackwell Publishing, 2007.